

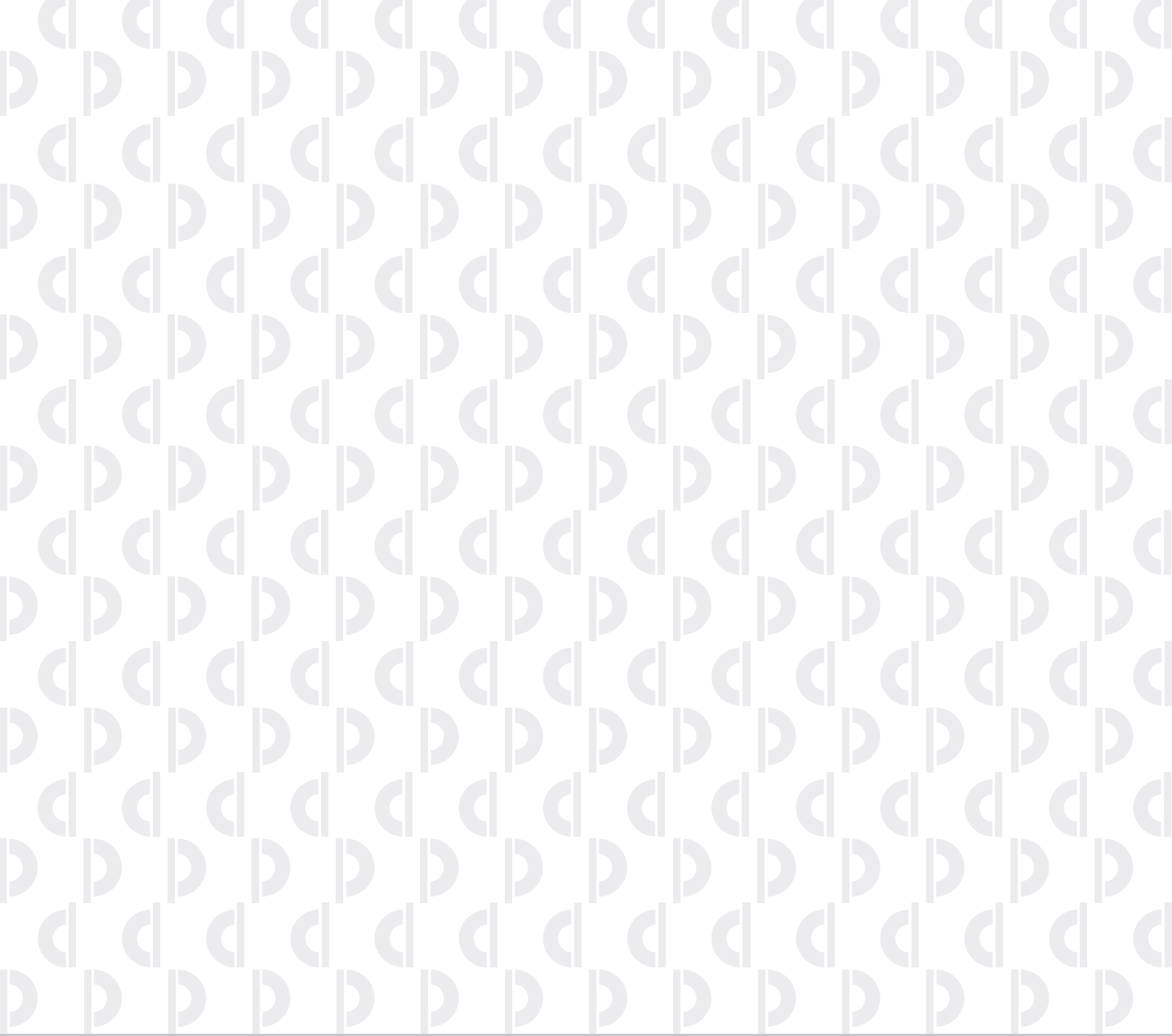
# Série Cidadania Financeira

Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão



Endividamento de Risco no Brasil





# Série Cidadania Financeira

Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão



## Endividamento de Risco no Brasil



# **Endividamento de Risco no Brasil**

Conceito e indicadores

Junho 2020

# Série Cidadania Financeira

Edição nº 6 – Junho de 2020

**PUBLICAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**REALIZAÇÃO**

Departamento de Promoção da Cidadania Financeira

**REVISÃO**

Departamento de Promoção da Cidadania Financeira  
Departamento de Comunicação

**COLABORAÇÃO**

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro

**IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO**

Departamento de Comunicação

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Banco Central do Brasil

Série cidadania financeira : estudos sobre educação, proteção e inclusão / Banco Central do Brasil – Brasília : Banco Central do Brasil, 2020.  
35 p.: il.

Nota: n. 6. Endividamento de risco no Brasil.

A publicação está disponível em versão online na página do BCB no endereço:  
<<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>

1. Educação financeira. 2. Sistema financeiro. 3. Endividamento. 4. Inadimplência. 5. Recurso financeiro. I. Banco Central do Brasil. II. Título.

CDU: 64.031.3



## Apresentação Série Cidadania Financeira

Esta publicação busca ampliar o conhecimento sobre Cidadania Financeira – conceito que diz respeito ao exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros – e seus pilares: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor de serviços financeiros e participação do cidadão no diálogo sobre o sistema financeiro.

Nesta série de publicações, são apresentados trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do Banco Central do Brasil, em alguns casos, em coautoria com colaboradores externos.

O trabalho apresentado nesta edição vem atender a uma parte das iniciativas previstas no pilar Educação Financeira da Agenda BC#, que é propor ações de apoio ao superendividado. A análise quantitativa desse tema nos leva ao estudo do Endividamento de Risco no Brasil, compondo a sua mensuração e a sua diferenciação do superendividamento. Por fim, apresenta-se também uma definição conceitual para o fenômeno do superendividamento.

## Resumo

O objetivo deste Relatório consiste em fornecer indicadores de endividamento capazes de identificar o tomador de crédito pessoa física como um endividado de risco. Em seguida, é apresentado um panorama do perfil dessa população quanto a idade, sexo, renda e localização geográfica, a fim de prover subsídios para a elaboração de políticas públicas focadas na prevenção e no tratamento do endividamento desses tomadores.

Para fins da análise deste Relatório, considera-se como endividado de risco o cidadão cujo volume de dívida está acima de sua capacidade de pagamento, e cuja persistência e baixa qualidade do crédito prejudicam o gerenciamento de seus recursos financeiros e, em última instância, sua qualidade de vida. Os dados utilizados nessa mensuração iniciam-se em junho de 2016, seguindo até dezembro de 2019. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações de Crédito (SCR), gerido pelo Banco Central do Brasil (BCB), que abrange cerca de 85 milhões de tomadores de crédito pessoa física no último mês sob análise.

Segundo os critérios empregados, 5,4% dessa população, ou 4,6 milhões de tomadores, encontram-se em situação de endividamento de risco. Vale destacar que a população de renda média – entre R\$2 mil e R\$10 mil – e com idade acima de 54 anos mostra-se a mais vulnerável a essa condição. Adicionalmente, consta do Relatório um box comparando o endividado de risco com o superendividado, conceito comumente encontrado em publicações da área. Por fim, o Relatório aponta caminhos para pesquisas futuras, especialmente tendo em vista a expectativa dos graves impactos gerados pela pandemia da Covid-19 na subpopulação aqui considerada.

## Abstract

*The purpose of this report is to provide indebtedness indicators capable of identifying the individual borrower as a risky indebted. Then, an overview of the profile of this population regarding age, sex, income and geographic location is presented, in order to provide subsidies for the elaboration of public policies focused on the prevention and treatment of these borrowers.*

*Citizens who have a volume of debt above their payment capacity, whose persistence and low credit quality impair the management of their financial resources and, ultimately, their quality of life, are considered to be risky indebted. The data used in this measurement start in 2016 and run until 2019. The data were extracted from the Credit Registry Data from the Central Bank of Brazil and covers about 85 million individual borrowers in the last month under analysis.*

*According to the criteria employed, 5.4% of this population, or 4.6 million borrowers, are in risky indebtedness. It is worth mentioning that the middle-income population and over the age of 54 years are the most vulnerable to this condition. Additionally, the report contains a box comparing the risky indebtedness with the over-indebtedness, a concept commonly found in publications in the area. Finally, the report points to paths for future research, especially in view of the expectation of the serious impacts generated by the Covid-19 pandemic on the subpopulation considered here.*

**BC#**

**Educação financeira**

# Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>Indicadores de Endividamento de Risco</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>Panorama do Endividamento de Risco</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>Perfil dos Cidadãos por Indicador de Risco</b>	<b>15</b>
	<b>4.1 Inadimplência</b>	<b>15</b>
	<b>4.2 Comprometimento de renda</b>	<b>17</b>
	<b>4.3 Multimodalidade</b>	<b>19</b>
	<b>4.4 Recorrência do endividamento de risco</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>Perfil dos Endividados de Risco</b>	<b>22</b>
	<b>Boxe 1 – A perspectiva do superendividamento</b>	<b>25</b>
<b>6</b>	<b>Conclusão</b>	<b>27</b>
	<b>Anexo</b>	<b>28</b>

# 1 Introdução

O presente trabalho mensura o endividamento da população brasileira no Sistema Financeiro Nacional (SFN), entre 2016 e 2019, em relação a quatro indicadores: inadimplência, exposição a três modalidades de crédito concomitantes, comprometimento de renda acima de 50% e renda disponível abaixo da linha da pobreza após o pagamento de dívidas. A ocorrência simultânea de dois ou mais desses indicadores caracteriza o que neste estudo chamou-se de **endividamento de risco**, ou seja, quando o cidadão tem um volume de dívida acima de sua capacidade de pagamento, e cuja persistência e baixa qualidade do crédito prejudicam o gerenciamento de seus recursos financeiros e, em última instância, sua qualidade de vida. Com base nisso, traça-se o perfil socioeconômico das pessoas enquadradas nessa situação quanto a idade, sexo, renda e região, e afere-se a recorrência desses tomadores nessa condição de endividamento.

Foram utilizados dados provenientes do SCR,<sup>1</sup> abrangendo cerca de 85 milhões de clientes em dezembro de 2019. As análises obtidas de tal volume de dados apresentam como principal vantagem a possibilidade de dispensar a necessidade de extração amostral, já que suas conclusões podem ser aplicadas ao total da população com crédito no SFN.

O objetivo dessa análise é propor indicadores que possam servir ao monitoramento do endividamento de risco e subsidiar políticas públicas de prevenção e tratamento.

Estudos sobre o endividamento dos cidadãos tomadores de crédito fazem parte do escopo da Cidadania Financeira, tal como conceituada pelo BCB.<sup>2</sup> Além dos óbvios efeitos negativos sobre a qualidade de vida dos indivíduos e de suas famílias, diversos organismos internacionais têm reconhecido o endividamento excessivo do cidadão como um risco para os sistemas financeiros dos países, e emitido recomendações<sup>3</sup> para mitigá-lo. Ações de transparência efetiva, modernização de leis e instituições, articulação com provedores de serviços para a reestruturação de dívidas, práticas responsáveis na concessão do crédito e alinhamento do produto aos objetivos do consumidor são algumas das medidas propostas.

A Recomendação sobre Proteção do Consumidor em Crédito de Consumo<sup>4</sup> da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), emitida em julho de 2019, também expressa preocupação sobre os efeitos nocivos do endividamento excessivo e recomenda a ampliação de medidas protetivas para consumidores que se encontram nessa situação.

- <sup>1</sup> O SCR é um instrumento gerido pelo Banco Central para registro de informações sobre operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas concedidas por instituições financeiras do país. A partir do SCR é possível obter o valor das dívidas da pessoa física, seu nível de renda desde o ingresso no SFN, o volume e a duração do crédito inadimplente, a persistência na situação de endividamento, entre outras variáveis relevantes para a realização das mensurações conduzidas neste estudo. Saiba mais sobre o SCR em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scr>.
- <sup>2</sup> O BCB usou o termo “cidadania financeira” pela primeira vez em 2013, ao lançar um programa com esse nome: o Programa Cidadania Financeira. Em 2017, após amplo processo de consulta e participação de *stakeholders*, o conceito ganhou a sua definição atual: “Cidadania Financeira é o conjunto de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”.
- <sup>3</sup> Exemplos consultados: Consumer Finance Protection with particular focus on credit (FSB, 2011); Good Practices for Financial Consumer Protection (World Bank Group, 2017); FinCoNet Report on Responsible Lending (FinCoNet, 2014); Report on the Treatment of the Insolvency of Natural Persons (World Bank, 2014); Financial Consumer Protection Risk Drivers: a framework for identification and mitigation in line with the high-level principles on financial consumer protection (OCDE, 2018).
- <sup>4</sup> *Recommendation of the Council Concerning Consumer Protection in the Field of Consumer Credit* (OCDE, 2019). Disponível em <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0453>.

No Brasil, diante do patamar elevado da taxa de desocupação,<sup>5</sup> aliado ao aumento da proporção de crédito em relação ao produto interno bruto (PIB)<sup>6</sup> e à baixa resiliência financeira do cidadão<sup>7</sup> para o enfrentamento de choques imprevistos, o tema de endividamento de risco emerge como tópico de interesse.

O monitoramento do volume e da qualidade desse crédito faz-se ainda mais prevalente em momentos como o atual, em que o país é afetado pela pandemia da Covid-19. Embora não alcance o período da pandemia propriamente dita, o estudo fornece um abrangente panorama da situação desses tomadores antes de a doença chegar ao país, preparando assim o terreno para futuras avaliações dos impactos da Covid-19 sobre essa parcela financeiramente mais vulnerável da população.

## 2 Indicadores de Endividamento de Risco

Para fins da análise deste Relatório, considera-se **endividado de risco** o tomador de crédito que atende a dois ou mais dos critérios relacionados a seguir:

- I. inadimplemento de parcelas de crédito, isto é, atrasos superiores a 90 dias no cumprimento das obrigações creditícias;
- II. comprometimento da renda mensal com o pagamento do serviço das dívidas<sup>8</sup> acima de 50%;
- III. exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo<sup>9</sup> (multimodalidades);
- IV. renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza.<sup>10</sup>

Todos esses são critérios de natureza objetiva, ou seja, quantitativos e constantes do banco de dados do SCR, o qual é abastecido de forma automática pelas instituições financeiras, sem qualquer tipo de intervenção pessoal junto ao tomador. A seleção desses critérios seguiu a encontrada na literatura internacional<sup>11</sup> sobre o tema, na qual essas quatro espécies de exposição a crédito são apontadas como tendo a maior capacidade de causar

5 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação da população era de 12,2% no 1º trimestre de 2020, uma piora em relação à taxa de 11% do último trimestre de 2019 (Consulta realizada em maio/2020).

6 A relação crédito/PIB no Brasil aumentou de 24% para 52% entre 2004 e 2014, tendo recuado para 47% em 2019. De acordo com a Carta de Conjuntura 33: Crédito (IPEA, 2016), tal proporção é próxima da média na América Latina (50%), e menor do que as médias mundial (130%) e dos países-membros da OCDE (147%).

7 The Global Findex Database (BANCO MUNDIAL, 2017). Segundo a pesquisa Global Findex, apenas 32% da população brasileira possuía alguma reserva financeira em 2017, evidenciando que o hábito de poupar está bem abaixo do percentual observado em países desenvolvidos e até mesmo em países de renda *per capita* semelhante à do Brasil.

8 A métrica considera o saldo dos créditos a vencer até 30 dias do mês em vigor, excluindo também o financiamento rural e o cartão de crédito à vista. A informação de renda é oriunda das instituições financeiras.

9 Foram consideradas nesta métrica as modalidades de crédito sem garantia e sem finalidade específica.

10 O valor equivale a US\$ 5,50/dia, linha-padrão para países de renda média-alta de acordo com o relatório bienal do Banco Mundial sobre Pobreza e Prosperidade Compartilhada, intitulado “Montando o Quebra-Cabeça da Pobreza”. O limite de pobreza de R\$406,00 mensais foi definido a partir da paridade de poder de compra da moeda pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao fim de 2017, e atualizado trimestralmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro de 2019, a linha da pobreza estabelecida foi de R\$439,03 mensais.

11 Ver D'ALESSIO, G. IEZZI, S. (2016). Over-Indebtedness in Italy: How Widespread and Persistent Is It?. Bank of Italy Occasional Paper No. 319. Mar.; D'ALESSIO, G. IEZZI, S. (2013). Household over-indebtedness definition and measurement with Italian data. Printed by the Printing and Publishing Division of the Bank of Italy. Number 149. Feb.; e DISNEY, R., BRIDGES, S. E GATHERGOOD, J. (2006). Drives of overindebtedness. Report to the Department of Business, Enterprise and Regulatory Reform, Center for Policy Evaluation, University of Nottingham.

desconforto financeiro e psicológico ao tomador. Feito isso, efetuaram-se as necessárias modificações para a adaptação à realidade brasileira.

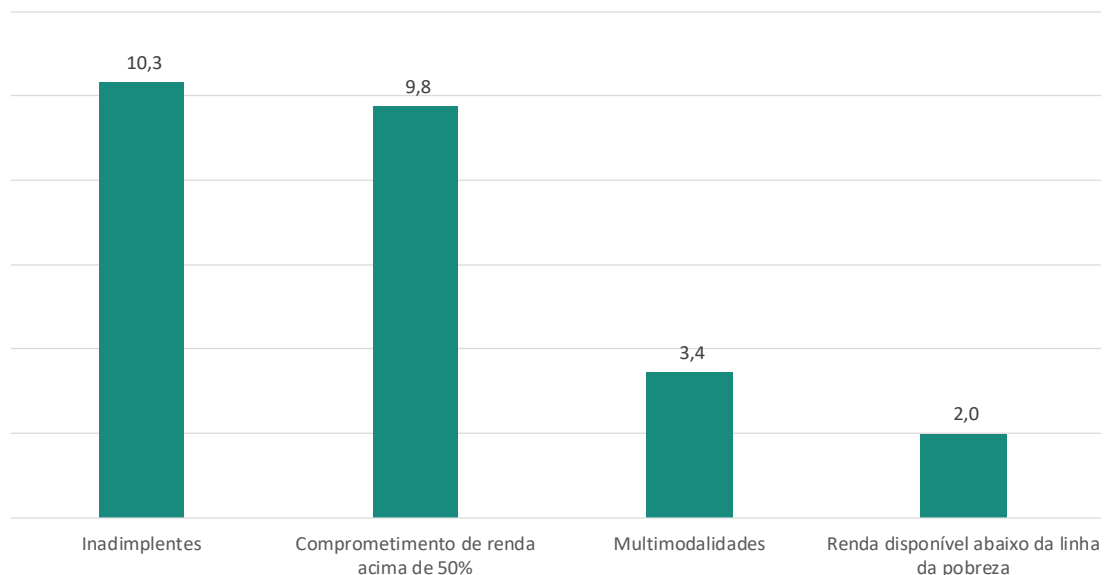
A seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas do endividamento de risco utilizando dados do período de junho de 2016 a dezembro de 2019, de forma a mensurar: (1) a participação do endividado de risco na população devedora no SFN; (2) a quantidade de tomadores que atendem aos critérios de risco e sua recorrência; e (3) o perfil socioeconômico do endividado de risco quanto a idade, sexo, renda e região.

### 3 Panorama do Endividamento de Risco

Ao final de 2019, o indicador de **inadimplência** concentrava o maior número de tomadores, com 10,3 milhões, ou 12,1% da população com crédito ativo no SFN, seguido do indicador de **comprometimento de renda acima de 50%**, com 9,8 milhões, equivalente a 11,4% da mesma população (Gráfico 1).

Considerando o indicador de **multimodalidade**, tem-se 3,4 milhões de clientes com crédito ativo simultaneamente nas modalidades de cheque especial, crédito pessoal e crédito rotativo. Por fim, 2 milhões de clientes ficaram com a **renda abaixo da linha de pobreza** após o pagamento do serviço de suas dívidas, tendo-se em conta a renda declarada pelo cliente e informada pelas instituições financeiras no SCR, sendo este o grupo menos populoso entre os indicadores.

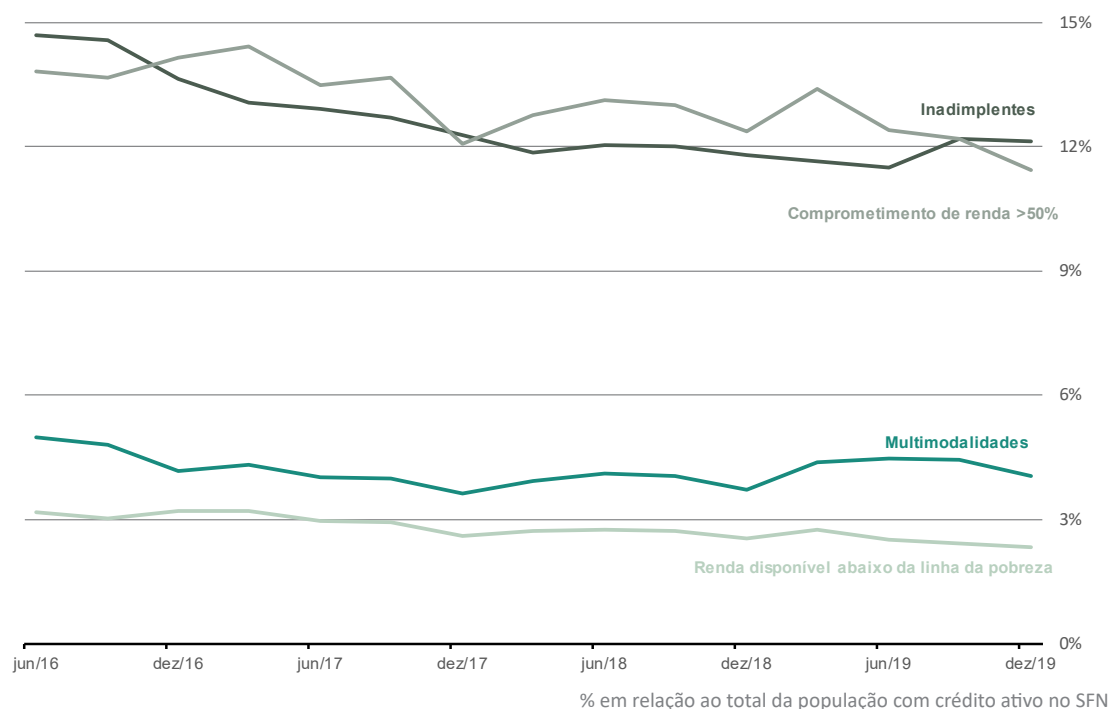
Gráfico 1 – Tomadores por indicador de endividamento de risco (em milhões)



Em milhões de indivíduos (dezembro/2019). Obs.: Um mesmo indivíduo pode estar em mais de um indicador.

De maneira geral, os indicadores apresentaram trajetória decrescente ao longo do período. Nesse quesito, merece destaque o indicador de renda disponível abaixo da linha da pobreza, cuja participação na população recua de 3,2% em junho de 2016 para 2,3% em dezembro de 2019, uma queda de quase 30% no percentual<sup>12</sup> (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Tomadores por indicador de endividamento de risco (% da população ativa no SFN)

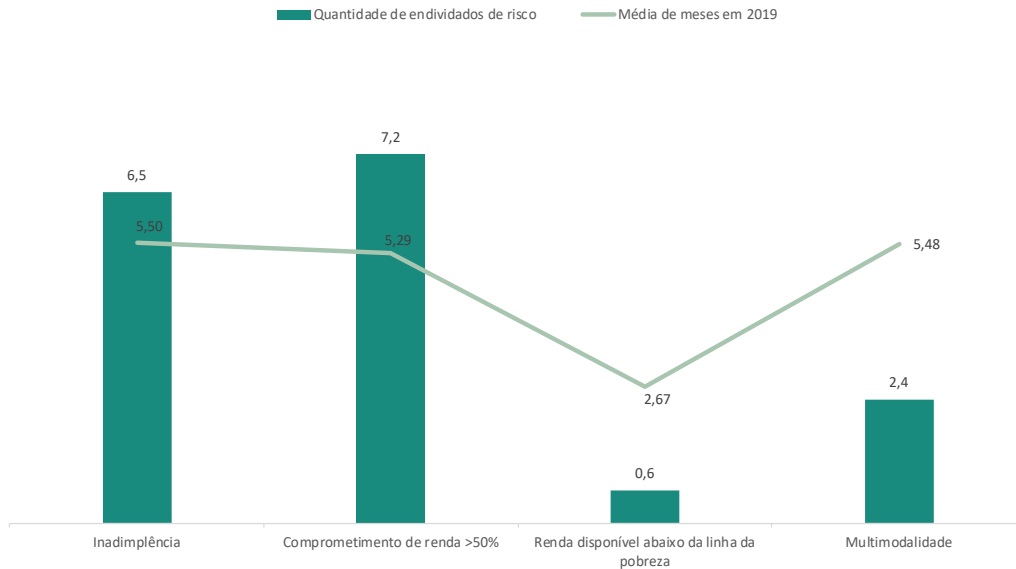


Ampliando a análise temporal dos indicadores, há que se considerar sua persistência ao longo do tempo. A média de permanência em algum indicador de risco ao longo de 2019, de maneira contínua ou intercalada, está em torno de 5,5 meses nos diversos indicadores, salvo no comprometimento de renda abaixo da linha de pobreza, cuja média é de 2,7 meses. Considerando todo o ano de 2019, 7,2 milhões de pessoas permanecem ao menos seis meses com comprometimento acima de 50% e 6,5 milhões permanecem inadimplentes, enquanto 600 mil tomadores persistem ao menos seis meses com comprometimento de renda abaixo do limite da pobreza (Gráfico 3).

12 Os percentuais ao longo do tempo estão detalhados na tabela 1A do Anexo. A análise temporal foi realizada a partir de junho de 2016 utilizando o novo limite de identificação no SCR, no qual se consideram as dívidas do cliente, em dia ou em atraso, que, no conjunto, tenham valor igual ou superior a R\$200,00 (Carta Circular 3.786/2016). A partir de maio de 2019, passaram a ser computados no SCR os créditos contratados a liberar e os compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente (Carta Circular 3.869/2018). Desse modo, clientes com exposição a crédito inferior a R\$200,00 passaram a constar na base do SCR caso a incorporação do limite de crédito ultrapassasse esse valor. Com efeito, o denominador dos indicadores do gráfico 2, que representa o total de clientes com exposição a crédito no SFN, aumentou de 75 milhões em março de 2019 para 83 milhões em junho de 2019, colaborando com a redução, a partir daquele mês, do percentual de comprometimento de renda e de clientes abaixo da linha da pobreza após o serviço de dívida no último trimestre.

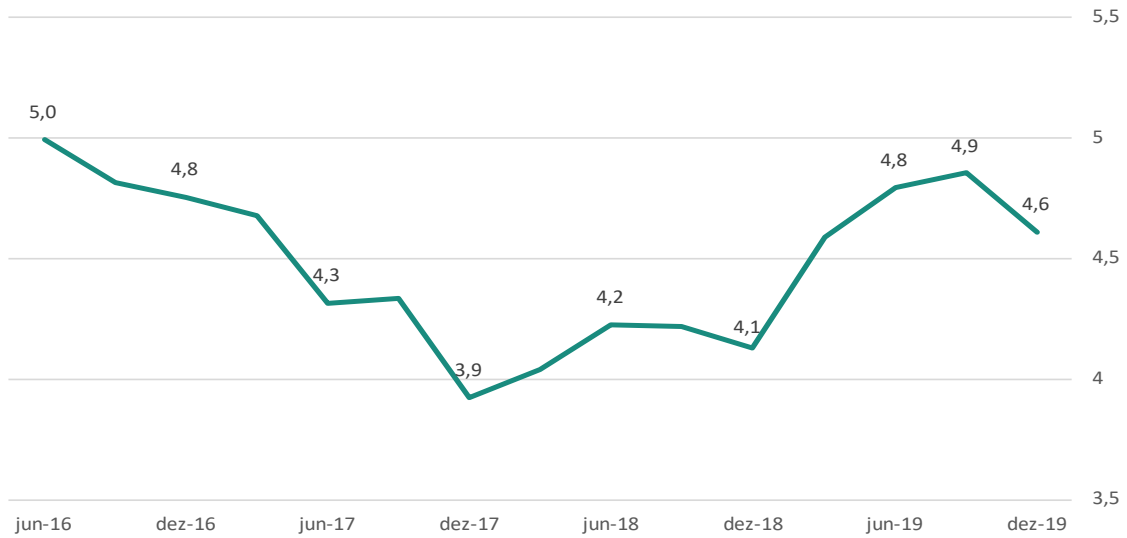


Gráfico 3 – Recorrência de tomadores com indicadores de endividamento de risco (média de meses em 2019)



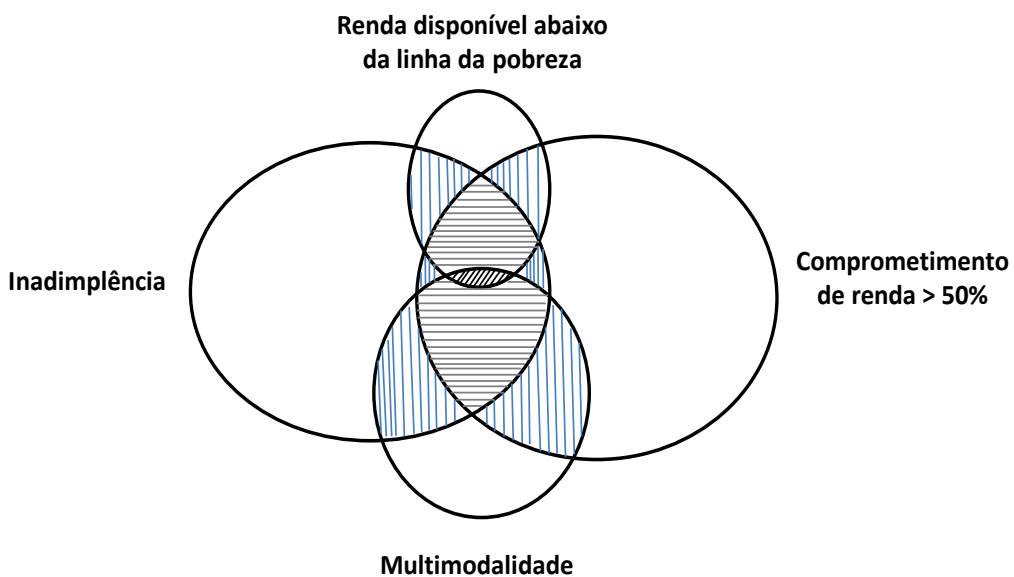
Em dezembro de 2019, havia, ao todo, 4,6 milhões de tomadores com endividamento de risco – ou seja, que atendem a mais de um dos indicadores elencados, dentro de um universo de 85,3 milhões de tomadores incluídos no SCR. Assim, tem-se que cerca de 5,4% da população brasileira com operações de crédito em aberto se encontram nessa situação. Ao acompanhar a trajetória do endividamento de risco a partir de junho de 2016, observa-se uma redução de aproximadamente um milhão de tomadores nessa situação até dezembro de 2017. A partir daí, a quantidade volta a subir, aproximando-se dos mesmos patamares do início da série, quando foram contabilizados 5 milhões de tomadores no indicador (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Número de clientes endividados de risco (em milhões)



A título de ilustração, o Gráfico 5 apresenta um diagrama das possíveis combinações entre os indicadores adotados. O endividamento de risco pode abranger tomadores que atendam a de dois a quatro indicadores em conjunto. A baixa sobreposição observada entre esses grupos reforça a pertinência de se definir o endividamento de risco usando uma combinação de indicadores.

Gráfico 5 – Interseção entre indicadores de endividamento de risco



Do total de 4,6 milhões de endividados de risco, 4 milhões atendem exclusivamente a dois dos indicadores de risco. Dentro desse grupo, vale destacar os tomadores com comprometimento de renda acima de 50% que, após o pagamento do serviço de suas dívidas, entram na chamada zona de pobreza. Há cerca de 1,4 milhão de pessoas nessa situação, sendo esse o subgrupo mais expressivo dos endividados de risco. Com participação menor, porém não menos importante devido à gravidade da situação, estão os tomadores que atendem a 3 e 4 indicadores, que atingem, respectivamente, 588 mil e 39 mil pessoas (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantidade de tomadores por conjunto de indicadores atendidos

Indicadores em conjunto	Clientes (milhares)	dez/19
		% tomadores
<b>2 indicadores</b>	<b>3.984,5</b>	<b>4,67%</b>
Renda disponível abaixo do limite da pobreza e compr. de renda > 50%	1.391,4	1,63%
Comprometimento de renda > 50% e multimodalidade (3)	1.074,5	1,26%
Inadimplência e comprometimento de renda > 50%	808,6	0,95%
Multimodalidade (3) e inadimplência	689,7	0,81%
Renda disponível abaixo do limite da pobreza e inadimplência	19,4	0,02%
Multimodalidade (3) e renda disponível abaixo do limite da pobreza	0,9	0,00%
<b>3 indicadores</b>	<b>588,2</b>	<b>0,69%</b>
Comprometimento de renda > 50%, multimodalidade (3) e inadimplência	294,4	0,35%
Compr. de renda > 50%, inadimplência e renda disponível abaixo do limite da pobreza	161,2	0,19%
Multimodalidade (3), renda disponível abaixo do limite da pobreza e compr. de renda > 50%	132,2	0,16%
Multimodalidade (3), renda disponível abaixo do limite da pobreza e inadimplência	0,4	0,00%
<b>4 indicadores</b>	<b>39,1</b>	<b>0,05%</b>
Multimodalidade (3), inadimplência, abaixo do limite da pobreza e compr. de renda > 50%	39,1	0,05%

% em relação ao total dos tomadores de crédito no SFN

## 4 Perfil dos Cidadãos por Indicador de Risco

O objetivo desta seção é analisar o perfil socioeconômico dos tomadores de crédito identificados por meio de cada um dos indicadores utilizados,<sup>13</sup> o que permite direcionar ações de política pública a segmentos específicos. Nesse sentido, foram feitos os seguintes recortes dos tomadores: **por idade** (até 34 anos, de 34 a 54 anos, de 55 a 65 anos, acima de 65 anos); **por sexo** (masculino e feminino); **por faixa de renda bruta** (até R\$1 mil, acima de R\$1 mil até R\$2 mil, acima de R\$2 mil até R\$5 mil, acima de R\$5 mil até R\$10 mil e acima de R\$10 mil); e **por local da residência** (por região do Brasil, unidade da Federação e se o tomador mora em capitais ou em outros municípios).<sup>14</sup> Os indicadores de endividamento de risco também foram explorados em diferentes interseções dessas categorias, sendo destacados nesta seção os principais resultados da análise.<sup>15</sup>

### 4.1 Inadimplência

Os clientes inadimplentes representam 12,1% dos tomadores de crédito do SFN, totalizando 10,3 milhões de pessoas em dezembro de 2019. A inadimplência atingiu quase 15% da população de tomadores em junho de

13 Todos os recortes descritivos apresentados nesta seção utilizam dados de dezembro de 2019, salvo quando explicitado em contrário.

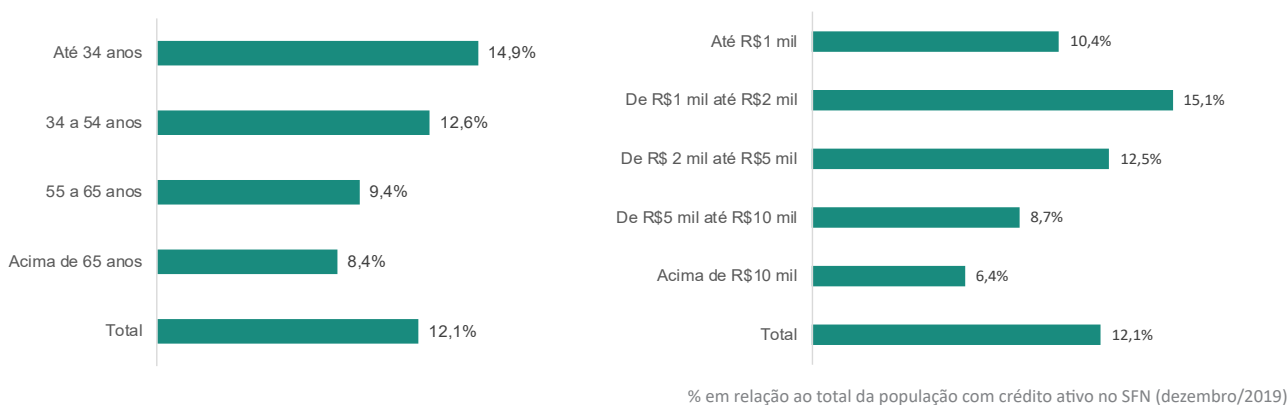
14 As tabelas 2A a 10A do Anexo contêm a compilação das categorias socioeconômicas exploradas.

15 Foram realizados cruzamentos entre os diversos perfis de endividamento: renda e idade, idade e sexo, renda e sexo, e idade e capitais, sendo relatados os resultados dos grupos que mais se diferenciaram do restante dos estratos da população, em termos de dispersão ou tendência. Importante destacar que a análise foi realizada levando-se em conta o universo de clientes de instituições financeiras tomadores de crédito, a partir das informações disponibilizadas no SCR. Como se trata de estrato específico, os resultados aqui apresentados não devem ser automaticamente extrapolados para o todo da população brasileira.

2016, tendo diminuído desde então.<sup>16</sup> Todas as subpopulações analisadas também apresentaram redução no período, com exceção do grupo acima de 65 anos, que permaneceu estável.

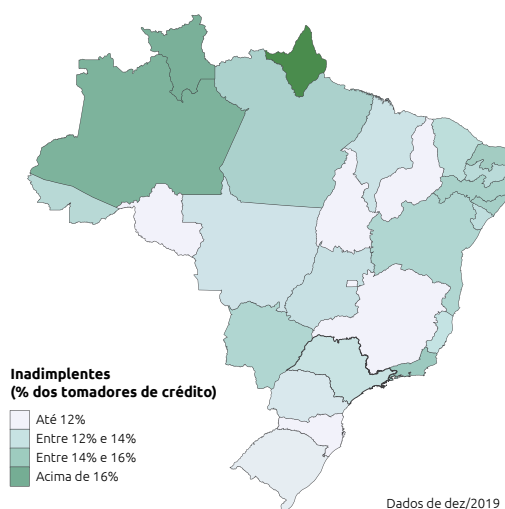
A proporção de inadimplentes é maior na população masculina e diminui com a idade, atingindo cerca de 9% da subpopulação com mais de 55 anos. A partir de R\$1 mil, a inadimplência também decresce com o aumento da renda, reduzindo de 15,1% para 6,4% nos clientes com renda acima de R\$10 mil (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Tomadores inadimplentes por faixa de idade e renda



A inadimplência por unidade da Federação é heterogênea. No Amapá, em Roraima e no Amazonas, mais de 15% dos tomadores de crédito estavam inadimplentes em dezembro de 2019. Por outro lado, os estados de Santa Catarina e Rondônia apresentaram inadimplência próxima de 10% no período (Gráfico 7).

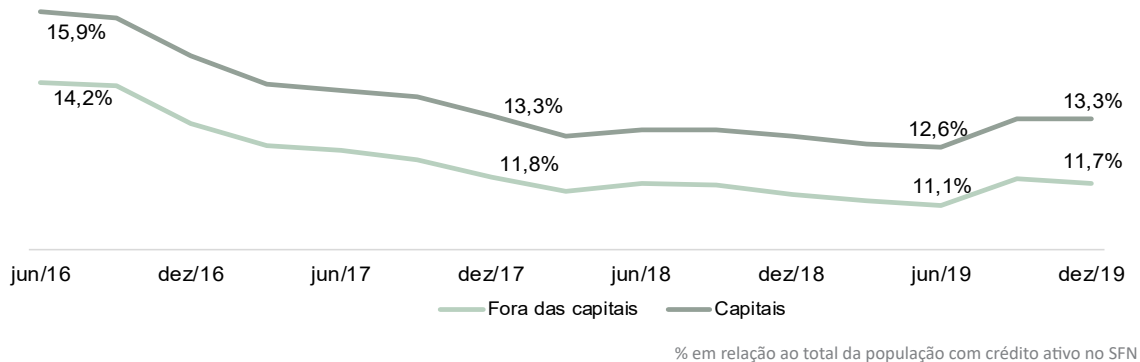
Gráfico 7 – Tomadores inadimplentes por unidade da Federação (% da população devedora no SFN)



16 A análise ao longo do tempo do público inadimplente está disponível na Tabela 3A do Anexo.

Ampliando-se a análise regional, percebe-se que nas capitais há uma proporção maior de clientes inadimplentes, embora a tendência de queda nos últimos três anos tenha o mesmo movimento observado no conjunto das demais cidades (Gráfico 8).

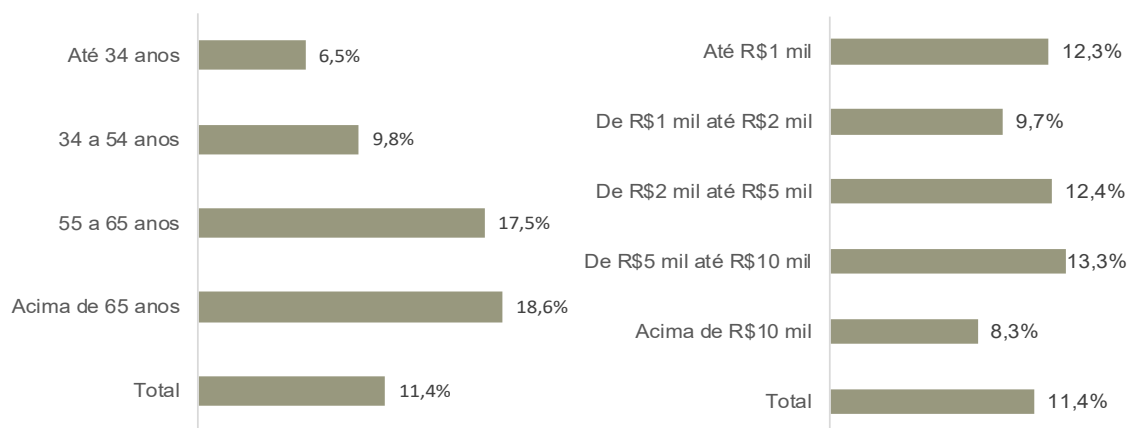
Gráfico 8 – Tomadores inadimplentes por tipo de município (% da população ativa no SFN)



## 4.2 Comprometimento de renda

Há 11,4% de tomadores de crédito com comprometimento de renda acima de 50%, com maior presença das subpopulações na faixa de renda entre R\$2 mil e R\$10 mil mensais (12,6%, em média) e acima de 65 anos (18,6%).<sup>17</sup> Há menor participação do comprometimento de renda nas subpopulações de maior renda e de menor idade (analisadas separadamente): no grupo de renda acima de R\$10 mil, a participação é reduzida para 8,3% e, no de até 34 anos, para 6,5% (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Tomadores com comprometimento de renda acima de 50%, por faixa de idade e de renda (% da população ativa no SFN)

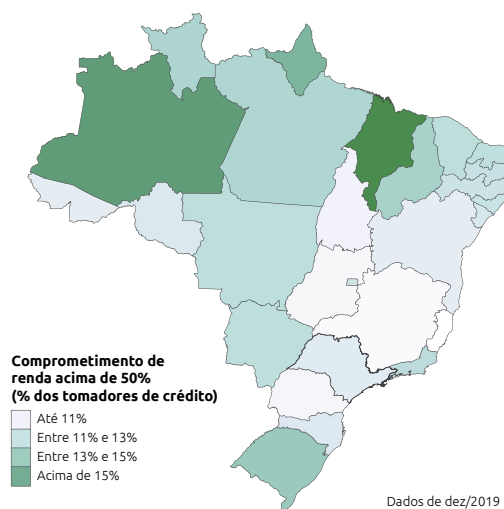


% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN (dezembro/2019)

<sup>17</sup> A análise ao longo do tempo está disponível na tabela 3A do Anexo. O dado de 12,6% de tomadores com comprometimento de renda acima de 50% é calculado com a média ponderada dos clientes das faixas entre R\$2 mil e R\$5 mil (12,4%) e entre R\$5 mil e R\$10 mil (13,3%).

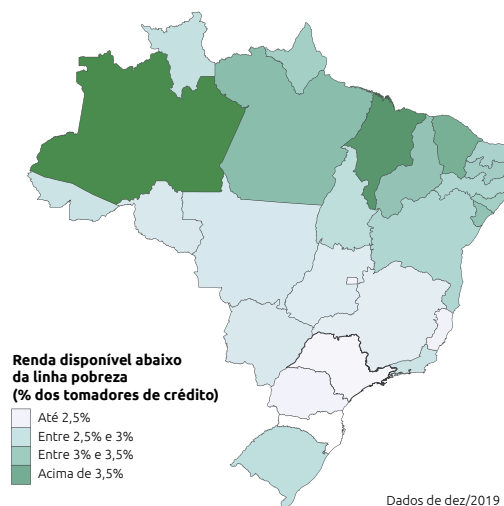
A região Norte apresentou o maior índice do grupo, com 13% da população de tomadores com mais de 50% da renda comprometida. Já a região Sudeste apresentou o menor índice, com 10,5% (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Tomadores com comprometimento de renda acima de 50%, por unidade da Federação



Um tipo particular de comprometimento de renda refere-se ao grupo cuja renda mensal, descontados os custos com o serviço das dívidas (renda disponível), fica abaixo da linha de pobreza, por volta de R\$440,00 ao fim de 2019. Observa-se uma queda no percentual de indivíduos nessa condição ao longo do tempo, de 3,2% da população em junho de 2016 para 2,1% em dezembro de 2019 (Tabela 4A do Anexo). A maior parte desses tomadores concentra-se nas faixas de renda bruta mais baixas – até R\$2 mil –, correspondendo a um contingente de 1,5 milhão de pessoas, ou 75% dessa subpopulação. Os estados das regiões Norte e Nordeste (destacando-se Amazonas e Maranhão) alcançam o maior percentual de clientes tomadores de crédito cuja renda disponível resulta abaixo desse nível (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Tomadores com renda disponível abaixo da linha de pobreza



Merece destaque a população com renda nominal declarada acima de R\$1 mil que, em razão do alto custo do serviço de suas dívidas, tem a renda disponível reduzida a ponto de entrar na zona de pobreza. Há cerca de 1,2 milhão de pessoas nessa situação.

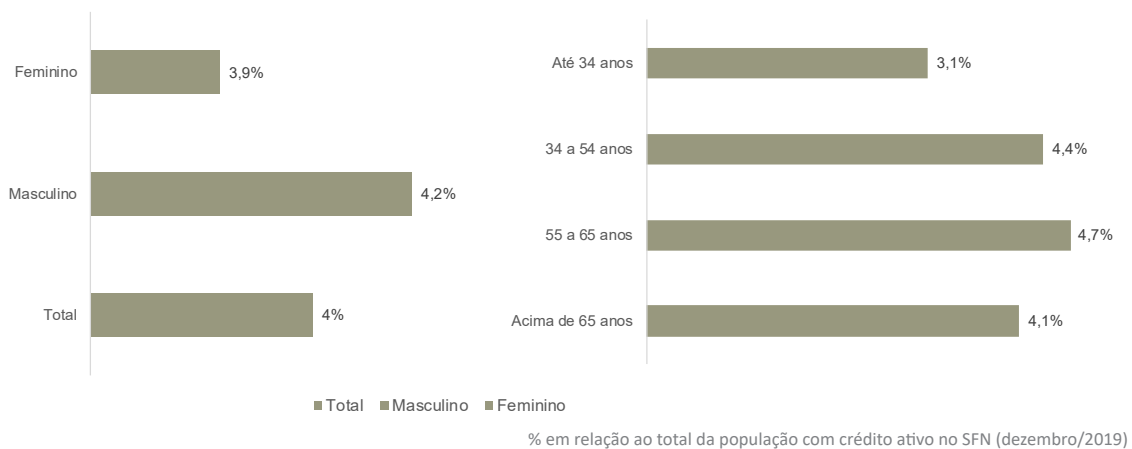
## 4.3 Multimodalidade

Os tomadores com exposição a três modalidades de crédito simultaneamente (cheque especial, crédito pessoal e crédito rotativo) representam cerca de 4% dos tomadores de crédito do SFN. Desse total, 66% se concentram na faixa de idade até 54 anos, e 46% têm renda entre R\$2 mil e R\$5 mil.

Em relação ao total de tomadores por categoria, observa-se que, entre as mulheres, 3,9% eram devedoras nas três modalidades, enquanto 4,2% dos homens estavam na mesma situação.

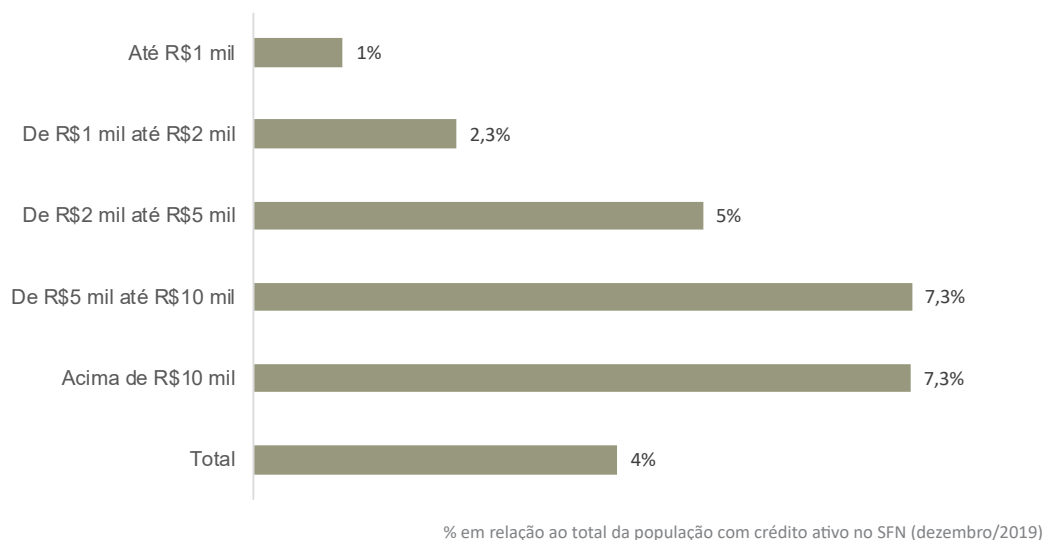
As mudanças mais expressivas ocorrem na distribuição dos tomadores pelas faixas etárias. No grupo com idade até 34 anos, cerca de 3,1% tinham operações de crédito ativas nas três modalidades ao mesmo tempo, enquanto no grupo com idade entre 55 e 65 anos, esse percentual aumentava para 4,7% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Multimodalidade de crédito por sexo e faixa etária de tomadores



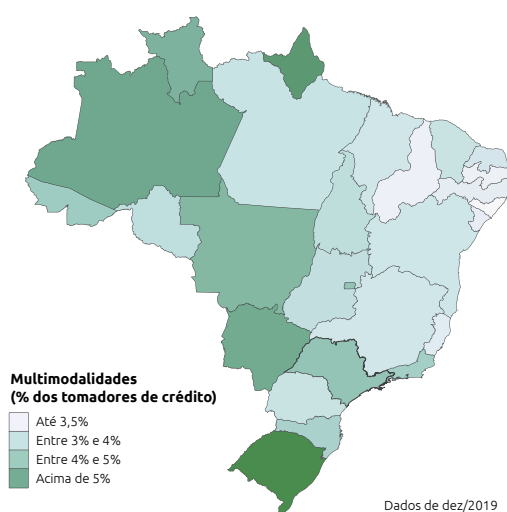
O percentual de tomadores com crédito em três modalidades aumenta com o nível de renda. Destaca-se a elevada ocorrência da multimodalidade nas faixas de alta renda – acima de R\$5 mil, cuja incidência chega a atingir 7,3% dessa subpopulação – contra 1,8% das camadas mais baixas de renda – abaixo de R\$2 mil mensais (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Multimodalidade de crédito por nível de renda de tomadores



A incidência de multimodalidade de crédito por unidade da Federação varia de 2,8%, no Ceará, a 5,6%, no Rio Grande do Sul. Nota-se que o nível desse tipo de endividamento de risco independe das características econômicas e sociais dos estados, com os índices mais elevados ocorrendo em unidades distintas como Amapá, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Os menores percentuais de endividamento em multimodalidade foram verificados em estados como Maranhão, Paraná e Espírito Santo (Gráfico 14). A maioria dos estados apresentou uma queda suave e contínua nos percentuais de multimodalidade de junho de 2016 a dezembro de 2018, com os índices voltando a se elevar ao longo de 2019.<sup>18</sup>

Gráfico 14 – Multimodalidade de crédito por unidade da Federação



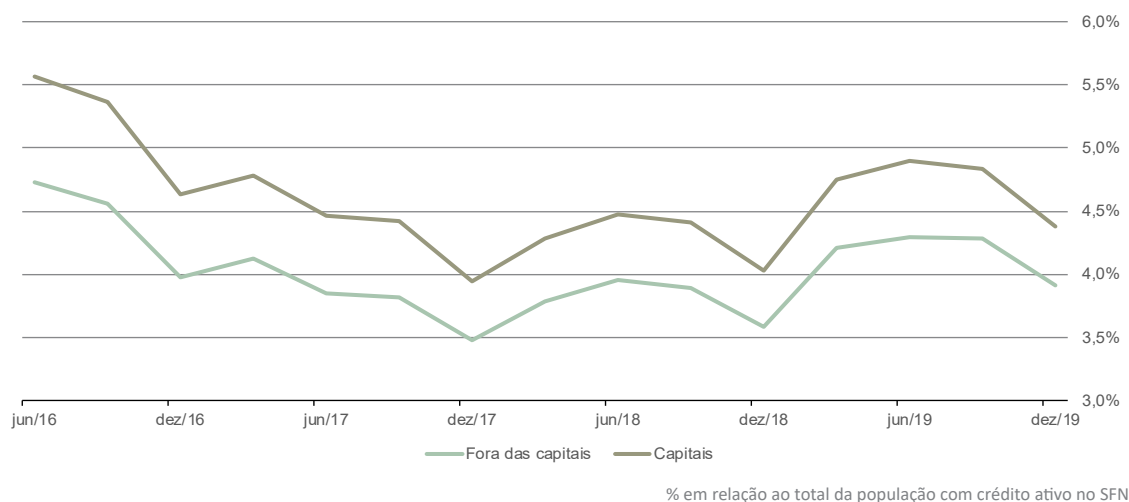
Ao se considerar a cidade de residência do cliente com três modalidades de crédito (capitais de estado em comparação com os demais municípios), nota-se um paralelismo na trajetória desse indicador entre os grupos

<sup>18</sup> A análise temporal desse indicador está disponível na Tabela 5A do Anexo.



ao longo do tempo, com as capitais mantendo uma incidência aproximadamente 0,5% superior ao longo do período, o que pode evidenciar a importância da disponibilidade de crédito para este indicador. Há ainda pouca variação do indicador ao longo dos trimestres analisados, com exceção do efeito sazonal nos meses de dezembro de cada ano, devido ao uso do 13º salário para o pagamento de dívidas (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Multimodalidade por tipo de município

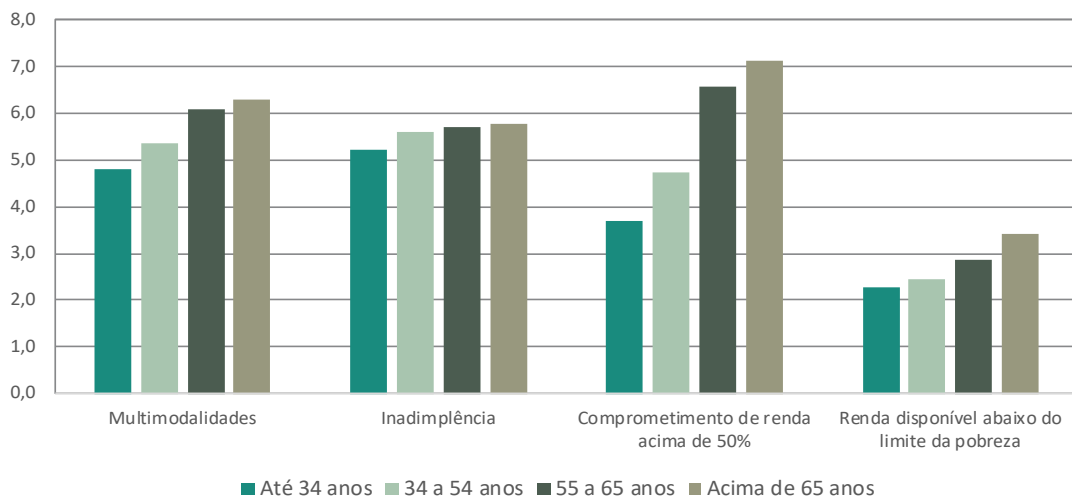


## 4.4 Recorrência do endividamento de risco

Os indicadores selecionados apontam que a permanência nos indicadores de risco ao longo de 2019 é crescente com a idade (Gráfico 16), e ligeiramente superior no sexo feminino. A região Nordeste apresenta o maior tempo de permanência nos indicadores de comprometimento de renda, resultado compatível com o menor nível de renda da região.<sup>19</sup> Por outro lado, nos indicadores de inadimplência e multimodalidade, a permanência é similar entre as regiões (Tabela 6A e gráficos 1A a 4A do Anexo).

<sup>19</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2019, o rendimento médio mensal na região Nordeste foi de R\$1.588,00 contra R\$1.687,00 na região Norte e R\$2.308 em todo o território nacional.

Gráfico 16 – Recorrência do endividamento de risco por faixa etária de tomadores



Em média de meses de permanência (2019)

## 5 Perfil dos Endividados de Risco

Esta seção analisa o perfil socioeconômico dos endividados de risco – aqueles que atendem a dois ou mais dos indicadores sob análise, classificando-os nas categorias de renda, idade, sexo e região. Além de oferecer uma descrição mais precisa dos indivíduos que compõem esse grupo, a análise também pretende oferecer insumos para políticas públicas direcionadas a segmentos específicos da população. Os dados apresentados referem-se a dezembro de 2019<sup>20</sup> e estão detalhados na Tabela 2.

Em termos de faixa etária, o percentual de endividados de risco é crescente com a idade, atingindo 7,9% da população acima de 65 anos, praticamente o dobro do observado nos tomadores com até 34 anos. Em geral, a incidência do endividamento é homogênea entre as regiões, seguindo a média nacional de 5,4%, com exceção da região Norte, onde sobe para 6,1%. Ademais, a proporção de endividados de risco que moram em capitais é similar à proporção de moradores de outros municípios.

Quanto à renda mensal, a faixa de tomadores com renda entre R\$5 mil e R\$10 mil é a que apresenta o maior percentual de endividados de risco, 6,5%. Em números absolutos, cerca de 54% dos tomadores encontram-se nas faixas intermediárias de renda, de R\$2 mil a R\$10 mil. As menores proporções de endividamento de risco encontradas nas caudas de maior e menor renda indicam que a propensão ao endividamento de risco pode ser um fenômeno de renda média. Ademais, o endividamento de risco no público feminino (5,6%) é levemente superior ao do público masculino (5,2%).<sup>21</sup>

Com relação à distribuição regional, nota-se uma maior predominância do endividamento de risco na região Norte, particularmente no estado do Amazonas, onde esse percentual atinge o maior nível nacional, 7,7%,

20 A análise temporal dos endividados de risco ao longo do tempo está na Tabela 7A do Anexo. As tabelas 8A e 9A apresentam os endividados de risco com apenas 2 ou 3 indicadores de risco, respectivamente, ao longo do tempo.

21 Embora a diferença do percentual de endividamento de risco seja tênue (0,4%) entre o público feminino e o masculino, ela é mais relevante nos indicadores de comprometimento de renda (1,2%) e de renda disponível abaixo da linha da pobreza (0,8%), de acordo com as tabelas 3A e 4A do Anexo.

seguido do estado do Amapá, com 7,5% (Gráfico 17). Também merece destaque o estado do Rio Grande do Sul, com 6,8% de endividados de risco, em contraste com os demais estados da região Sul – Paraná e Santa Catarina –, cujos percentuais se equivalem em 4,8% e mostram-se inferiores ao da média nacional. O Espírito Santo, com 4,6%, foi o estado com a menor participação de endividados de risco na população devedora. Tem-se, dessa forma, a ausência de uma correlação clara entre as características socioeconômicas das regiões e a incidência do endividamento de risco, que pode atingir patamares preocupantes em estados díspares quanto ao nível de renda *per capita* ou nível educacional.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos endividados de risco

Dados de dez/19	Tomadores de crédito (em milhões)	Endividados de risco (em milhões)	Endividados de risco (%)
<b>Por região</b>			
Norte	5,0	0,3	6,1%
Nordeste	19,9	1,1	5,4%
Sudeste	40,2	2,1	5,3%
Sul	13,7	0,8	5,6%
Centro-Oeste	6,4	0,3	5,3%
<b>Por local</b>			
Em capitais	24,3	1,3	5,4%
Fora das capitais	61,0	3,3	5,4%
<b>Por sexo</b>			
Masculino	41,3	2,2	5,2%
Feminino	44,0	2,5	5,6%
<b>Por faixa de idade</b>			
Até 34 anos	24,0	0,9	3,8%
34 a 54 anos	35,0	1,7	4,9%
55 a 65 anos	14,0	1,0	7,2%
Acima de 65 anos	12,4	1,0	7,9%
<b>Por faixa de renda</b>			
Até R\$1 mil	12,2	0,7	5,8%
De R\$1 mil a R\$2 mil	25,5	1,2	4,7%
De R\$2 mil a R\$5 mil	31,4	1,8	5,6%
De R\$5 mil a R\$10 mil	10,9	0,7	6,5%
Acima de R\$10 mil	5,2	0,2	4,6%
<b>Total</b>	<b>85,3</b>	<b>4,6</b>	<b>5,4%</b>



## Boxe 1 – A perspectiva do superendividamento

Os dados e indicadores elaborados neste estudo buscaram identificar e mensurar o endividado de risco. Contudo, a literatura<sup>22</sup> sobre endividamento pessoal comumente faz referência ao chamado superendividado. Este boxe esclarece a distinção entre os dois termos e apresenta o superendividamento como uma perspectiva diferente de abordagem do processo de endividamento da população. Discute, ainda, os desafios para mensuração e sugere um conceito para melhor compreendê-lo e acompanhá-lo.

Longe de ser uma análise exaustiva do que é o superendividamento, esta seção é apenas um olhar inicial para aspectos igualmente importantes e desafiadores desse fenômeno.

### Superendividamento: conceito e importância

Não há na literatura uma definição consensual do conceito de superendividamento. Algumas abordagens<sup>23</sup> iniciais costumavam associá-lo às taxas de inadimplência, o que parecia indicar uma situação em que o tomador teria atingido o limite de suas fontes de crédito, tornando insustentável a rolagem de suas dívidas e, conseqüentemente, a manutenção de seu padrão de vida. Contudo, a partir de pesquisas amostrais sobre comportamento financeiro das famílias, conduzidas em países como Inglaterra e Itália, verificou-se que o desconforto material e psicológico com o endividamento pode ocorrer antes mesmo do inadimplemento, e que os indicadores subjetivos<sup>24</sup> são os que melhor captam essa condição.

Nesse sentido, e consciente de que uma definição adequada é relevante para a elaboração de políticas públicas referentes ao fenômeno, o Banco Central considera que:

**Superendividamento é o resultado de um processo no qual indivíduos e famílias se encontram em dificuldade de pagar suas dívidas a ponto de afetar de maneira relevante e duradoura seu padrão de vida.**

O conceito em si também é uma ferramenta de intervenção, ao destacar seus elementos constitutivos em linguagem cidadã. Esses elementos, encontrados de maneira recorrente na literatura, são:

- **resultado de um processo:** retrata a situação estrutural do superendividamento, ou seja, o fato de não ser uma condição temporária do indivíduo, que difere da inadimplência ocasional;
- **indivíduos e famílias:** considera a situação financeira do grupo familiar no qual o indivíduo está inserido;
- **se encontram em dificuldade de pagar suas dívidas:** também descrito como a “incapacidade de o devedor fazer face às obrigações”, podendo ser evidenciado tanto pela suspensão do pagamento do serviço da dívida (inadimplência), quanto pelo alto comprometimento de sua renda para manter o pagamento da dívida em dia, o que gera efeitos incapacitantes para o devedor;

22 Além das referências citadas na nota de rodapé 11, ver Betti, G., Dourmashkin, N., Rossi, M., Ping Yin, Y. (2007). Consumer over-indebtedness in the EU: measurement and characteristics, *Journal of Economic Studies*, 34(2), 136-156.; e PORTO et al. Superendividamento no Brasil Volume III. 01. ed. Curitiba: Editora Juruá, v. 3. 180p, 2017.

23 Ver Kempson, HE., McKay, SD., & Willitts, M. (2004). Characteristics of families in debt and the nature of indebtedness (DWP Research Report 211). Corporate Document Services; e Oxera (2004) HYPERLINK "<https://www.oxera.com/publications/are-uk-households-over-indebted/>" Are the UKs Over-indebted? (Oxford, Oxera).

24 Os indicadores subjetivos na literatura empregam, em geral, dois tipos de perguntas para a sua construção: “O pagamento das suas dívidas constitui um fardo pesado para a sua vida financeira?” e “Parte de sua renda consegue chegar ao final do mês após seu dispêndio pessoal e com dívidas?”.

- **a ponto de afetar de maneira relevante e duradoura seu padrão de vida:** esse trecho se refere ao aspecto subjetivo do conceito, ao desconforto causado pelas dívidas (citado na literatura internacional como *heavy burden* ou “fardo da dívida” (tradução livre)). Quando nessa situação, o tomador se torna obrigado a rever suas escolhas de consumo de modo a adaptá-las a um novo contexto de restrição orçamentária (por exemplo, trocando o automóvel particular pelo transporte público, a escola privada pela pública, mudando de residência para uma região menos custosa etc.). Ainda assim, muitas vezes não consegue reajustar suas finanças a fim de restabelecer o equilíbrio entre receitas e despesas.

### As diferenças entre superendividamento e endividamento de risco

Ainda que se restrinja o superendividamento aos seus aspectos estritamente econômicos, a gama de fatores capazes de influenciá-lo continua ampla e, muitas vezes, fora do alcance da função de monitoramento exercida pelas instituições de crédito e pelos órgãos do governo. Entre esses fatores estão, por exemplo, o uso de dados de movimentação das contas domésticas dos tomadores, como pagamentos de condomínio, aluguel, celular, água e luz, além dos ativos reais e financeiros que porventura poderiam ser empregados no abatimento das dívidas, como imóveis e fundos de poupança e de investimento.

Assim, a extensa base de tomadores de crédito do SCR, ao mesmo tempo em que possibilita uma visão abrangente do crédito no país, não permite a incorporação dessas variáveis econômicas e, principalmente, do componente subjetivo do superendividamento. Para tanto, seria necessária a aplicação de perguntas individualizadas para seu aferimento, em geral disponíveis apenas para pequenas amostras. A ausência desses fatores, cuja relevância é destacada na literatura pelos pesos financeiro e psicológico gerados pelas dívidas, limita a mensuração direta do fenômeno do superendividamento.

Embora não se possa afirmar rigorosamente a existência de uma convergência entre os endividados de risco e os superendividados, há possivelmente uma propensão a que os tomadores aqui identificados como endividados de risco se encontrem, simultaneamente, em situação de superendividamento ou que, eventualmente, possam chegar a esse estágio se ações preventivas e de correção não forem tomadas.

## 6 Conclusão

A análise dos dados demonstra que o endividamento de risco é um fenômeno complexo, que não pode prescindir de uma abordagem multifocal para sua correta mensuração. A investigação segmentada permite observar que diferentes grupos da população estão expostos a diferentes fatores de risco, facilitando a atuação direcionada para segmentos mais vulneráveis ou em situação mais complexa, levando em conta a necessidade de priorização de recursos. Nesse sentido, o presente estudo empregou uma metodologia para a identificação do endividamento de risco utilizando dados objetivos e oficiais.

No banco de dados do SCR, a população com carteira de crédito ativa atingiu 85 milhões de tomadores em dezembro de 2019. De acordo com os cálculos apresentados, 5,4% dessa população, ou 4,6 milhões de tomadores, encontram-se em situação de endividamento de risco. Vale destacar que a população de renda média – entre R\$2 mil e R\$10 mil – e com idade acima de 54 anos mostra-se financeiramente mais vulnerável. Tal recorte se justifica pelo maior nível de relacionamento bancário dessa população, com acesso a uma maior gama de produtos financeiros e a maiores limites de crédito.

A inclusão tanto de aspectos subjetivos, como o fardo das dívidas, quanto de aspectos objetivos, como dívidas fora do SFN, bem como a visualização do grupo familiar poderia propiciar a análise do superendividamento, cujo conceito é proposto neste trabalho, em complemento à mensuração do endividamento de risco. Tal iniciativa é particularmente relevante em vista dos efeitos econômicos da pandemia causada pela Covid-19, uma vez que a percepção pessoal e subjetiva do superendividamento não é apenas influenciada pelos níveis correntes de renda, serviço da dívida ou nível de subsistência. Também podem contribuir para essa percepção as expectativas sobre o ambiente socioeconômico futuro (tanto em nível pessoal quanto geral), sobre a estabilidade do emprego ou sobre projetos de vida. Esses fatores tendem a ser fortemente influenciados pela conjuntura de disfunção econômica observada após a propagação da pandemia.

A elaboração de políticas públicas voltadas especificamente para o atendimento do endividamento de risco requer uma abordagem tanto preventiva quanto de tratamento. Do lado da prevenção, indicam-se iniciativas de melhoria da educação financeira, alertando sobre os perigos potenciais da tomada de decisão mal informada e sobre a necessidade de entendimento dos orçamentos pessoal e familiar e de comparação entre produtos e serviços financeiros antes da contratação. Esse grupo também se beneficiaria da oferta de serviços financeiros mais condizentes com suas necessidades, cuja responsabilidade cabe às próprias instituições financeiras, evitando dessa maneira a contratação de crédito em modalidades inapropriadas.

Do lado do tratamento, privilegiam-se as políticas focadas na renegociação das dívidas com o auxílio das instituições financeiras e da rede de proteção ao consumidor e, para os casos mais problemáticos, na orientação à resolução extrajudicial de conflitos.

## Anexo

Tabela 1A – Tomadores de crédito por indicador de risco

Data	Multimodalidades		Inadimplentes		Comprometimento de renda acima de 50%		Renda disponível abaixo da linha da pobreza	
	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%
jun-16	3.586	5,0%	10.586	14,7%	9.967	13,8%	2.293	3,2%
set-16	3.434	4,8%	10.427	14,6%	9.789	13,7%	2.158	3,0%
dez-16	2.978	4,2%	9.745	13,6%	10.093	14,1%	2.290	3,2%
mar-17	3.060	4,3%	9.258	13,1%	10.215	14,4%	2.271	3,2%
jun-17	2.852	4,0%	9.158	12,9%	9.564	13,5%	2.093	3,0%
set-17	2.833	4,0%	9.005	12,7%	9.698	13,7%	2.078	2,9%
dez-17	2.583	3,6%	8.777	12,3%	8.645	12,1%	1.859	2,6%
mar-18	2.832	3,9%	8.545	11,9%	9.183	12,8%	1.965	2,7%
jun-18	2.989	4,1%	8.765	12,0%	9.555	13,1%	2.010	2,8%
set-18	2.971	4,0%	8.834	12,0%	9.549	13,0%	1.999	2,7%
dez-18	2.814	3,7%	8.937	11,8%	9.381	12,4%	1.927	2,5%
mar-19	3.344	4,4%	8.902	11,6%	10.254	13,4%	2.105	2,8%
jun-19	3.730	4,5%	9.607	11,5%	10.357	12,4%	2.093	2,5%
set-19	3.756	4,4%	10.305	12,2%	10.297	12,2%	2.048	2,4%
dez-19	3.448	4,0%	10.334	12,1%	9.760	11,4%	1.996	2,3%

Obs.: Proporção em relação ao número de clientes com exposição a crédito naquele período.

Tabela 2A – Inadimplentes por idade, sexo, região e faixa de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	18,1%	17,8%	16,5%	15,6%	15,5%	15,1%	14,6%	14,2%	14,5%	14,5%	14,0%	14,1%	13,8%	14,8%	14,9%
34 a 54 anos	15,8%	15,6%	14,5%	14,0%	13,9%	13,5%	13,0%	12,6%	12,7%	12,6%	12,3%	12,2%	12,2%	12,8%	12,6%
55 a 65 anos	10,7%	10,7%	10,2%	10,2%	10,2%	10,0%	9,6%	9,6%	9,6%	9,5%	9,3%	9,3%	9,2%	9,6%	9,4%
Acima de 65 anos	9,3%	9,5%	9,3%	9,1%	9,0%	9,1%	8,8%	8,6%	8,8%	8,8%	8,7%	8,6%	8,2%	8,5%	8,4%
<b>Sexo</b>															
Masculino	15,6%	15,5%	14,6%	13,9%	13,7%	13,4%	13,0%	12,5%	12,6%	12,6%	12,4%	12,2%	12,1%	12,8%	12,8%
Feminino	13,8%	13,7%	12,8%	12,2%	12,2%	12,0%	11,6%	11,2%	11,5%	11,5%	11,2%	11,1%	10,9%	11,6%	11,5%
<b>Região</b>															
Norte	16,7%	16,6%	15,5%	14,7%	14,8%	14,6%	14,0%	13,2%	13,2%	13,0%	13,0%	12,7%	12,8%	13,5%	13,5%
Nordeste	15,2%	15,3%	13,9%	13,3%	13,4%	13,3%	12,7%	12,2%	12,3%	12,4%	12,2%	12,2%	12,1%	12,8%	12,9%
Sudeste	14,8%	14,6%	14,0%	13,4%	13,2%	13,0%	12,6%	12,3%	12,5%	12,4%	12,1%	11,9%	11,6%	12,3%	12,2%
Sul	12,5%	12,3%	11,5%	11,1%	10,8%	10,5%	10,2%	10,0%	10,3%	10,3%	10,2%	10,1%	10,0%	10,6%	10,5%
Centro-Oeste	15,5%	15,3%	13,9%	13,1%	12,9%	12,5%	12,0%	11,5%	11,5%	11,4%	11,2%	11,1%	11,2%	11,9%	11,9%
<b>Município</b>															
Capitais	15,9%	15,8%	14,8%	14,1%	14,0%	13,8%	13,3%	12,8%	13,0%	13,0%	12,8%	12,6%	12,6%	13,3%	13,3%
Fora das capitais	14,2%	14,1%	13,2%	12,6%	12,5%	12,2%	11,8%	11,5%	11,6%	11,6%	11,4%	11,2%	11,1%	11,8%	11,7%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	14,4%	14,4%	12,8%	12,0%	11,6%	11,6%	10,7%	10,2%	10,2%	10,2%	10,1%	9,5%	9,5%	10,4%	10,4%
De R\$1 mil até R\$2 mil	17,2%	17,1%	16,4%	15,7%	15,5%	15,2%	14,9%	14,7%	15,1%	15,1%	14,7%	14,7%	14,5%	15,4%	15,1%
De R\$2 mil até R\$5 mil	14,3%	14,1%	13,6%	13,1%	13,1%	12,8%	12,5%	12,1%	12,4%	12,3%	12,1%	11,9%	11,9%	12,5%	12,5%
De R\$5 mil até R\$10 mil	10,5%	10,4%	10,0%	9,9%	9,8%	9,6%	9,6%	8,9%	8,9%	8,8%	8,5%	8,5%	8,3%	8,6%	8,7%
Acima de R\$10 mil	9,2%	8,6%	7,9%	7,7%	7,8%	7,5%	7,3%	7,0%	6,7%	6,6%	6,6%	6,6%	6,3%	6,4%	6,4%
<b>Total</b>	14,7%	14,6%	13,6%	13,1%	12,9%	12,7%	12,3%	11,9%	12,0%	12,0%	11,8%	11,6%	11,5%	12,2%	12,1%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria



Tabela 3A – Tomadores com comprometimento da renda acima de 50% por idade, sexo, região e faixa de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	9,6%	9,2%	9,2%	9,3%	8,3%	8,4%	7,1%	7,6%	7,9%	7,9%	6,9%	7,8%	7,3%	7,1%	6,5%
34 a 54 anos	13,7%	13,2%	13,4%	13,3%	12,1%	12,3%	10,6%	11,1%	11,4%	11,2%	10,5%	11,4%	10,8%	10,6%	9,8%
55 a 65 anos	18,1%	18,6%	19,8%	19,7%	19,2%	19,6%	18,1%	18,3%	19,0%	19,0%	19,1%	19,5%	18,1%	18,1%	17,5%
Acima de 65 anos	17,3%	18,1%	19,6%	20,4%	20,1%	20,4%	18,6%	19,7%	20,3%	20,5%	20,6%	21,7%	19,5%	19,4%	18,6%
<b>Sexo</b>															
Masculino	12,9%	12,7%	12,8%	13,2%	12,3%	12,5%	11,1%	11,8%	12,3%	12,1%	11,6%	12,6%	11,8%	11,6%	10,8%
Feminino	14,7%	14,6%	15,4%	15,6%	14,6%	14,8%	13,0%	13,6%	13,9%	13,8%	13,2%	14,1%	13,0%	12,8%	12,0%
<b>Região</b>															
Norte	15,0%	14,6%	15,5%	15,9%	15,1%	15,5%	14,1%	14,6%	15,1%	15,2%	14,2%	15,4%	14,4%	14,0%	12,8%
Nordeste	14,6%	14,5%	15,7%	15,7%	15,0%	15,1%	13,5%	13,7%	14,0%	13,8%	13,3%	14,0%	12,9%	12,7%	12,2%
Sudeste	13,7%	13,5%	13,6%	14,0%	13,0%	13,0%	11,4%	12,2%	12,6%	12,3%	11,7%	12,8%	11,9%	11,7%	10,9%
Sul	12,8%	12,9%	13,4%	13,6%	12,7%	13,2%	11,7%	12,6%	12,9%	13,2%	12,5%	13,8%	12,5%	12,3%	11,6%
Centro-Oeste	13,5%	12,9%	13,6%	13,7%	12,9%	12,8%	11,6%	12,2%	12,7%	12,6%	12,1%	12,9%	12,1%	11,8%	11,2%
<b>Município</b>															
Capitais	13,9%	13,5%	14,1%	14,4%	13,3%	13,4%	11,6%	12,4%	12,8%	12,5%	11,7%	12,8%	12,1%	11,8%	11,0%
Fora das capitais	13,8%	13,7%	14,2%	14,4%	13,6%	13,8%	12,3%	12,9%	13,3%	13,2%	12,6%	13,6%	12,5%	12,3%	11,6%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	11,9%	12,1%	13,3%	13,9%	13,1%	13,5%	13,5%	14,3%	14,5%	14,8%	14,3%	14,3%	12,3%	12,3%	12,3%
De R\$1 mil até R\$2 mil	13,6%	13,3%	14,2%	14,2%	13,5%	13,7%	10,2%	10,6%	11,0%	10,9%	10,4%	11,3%	10,4%	10,3%	9,7%
De R\$2 mil até R\$5 mil	15,9%	15,6%	15,3%	15,4%	14,4%	14,6%	12,9%	13,7%	14,2%	13,9%	13,4%	14,6%	13,9%	13,6%	12,4%
De R\$5 mil até R\$10 mil	15,3%	15,0%	14,5%	15,2%	13,8%	13,6%	13,6%	14,1%	14,7%	14,2%	13,7%	15,2%	14,5%	14,1%	13,3%
Acima de R\$10 mil	9,6%	9,5%	9,5%	9,8%	9,2%	9,1%	9,2%	9,7%	9,7%	9,4%	8,8%	9,8%	9,1%	8,8%	8,3%
<b>Total</b>	13,8%	13,7%	14,1%	14,4%	13,5%	13,7%	12,1%	12,8%	13,1%	13,0%	12,4%	13,4%	12,4%	12,2%	11,4%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 4A – Tomadores com renda disponível abaixo da linha de pobreza, por idade, sexo, região e nível de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	3,0%	2,8%	3,1%	3,1%	2,8%	2,8%	2,3%	2,5%	2,4%	2,4%	2,1%	2,3%	2,1%	2,1%	1,9%
34 a 54 anos	2,7%	2,5%	2,7%	2,7%	2,5%	2,5%	2,2%	2,2%	2,3%	2,2%	2,1%	2,2%	2,1%	2,0%	1,8%
55 a 65 anos	3,4%	3,3%	3,5%	3,4%	3,2%	3,2%	3,0%	3,1%	3,1%	3,1%	3,1%	3,2%	2,9%	2,8%	2,8%
Acima de 65 anos	4,6%	4,5%	4,6%	4,5%	4,2%	4,2%	4,0%	4,2%	4,3%	4,3%	4,3%	4,5%	4,0%	3,9%	4,0%
<b>Sexo</b>															
Masculino	2,5%	2,4%	2,5%	2,5%	2,3%	2,3%	2,1%	2,2%	2,2%	2,2%	2,1%	2,3%	2,1%	2,0%	2,0%
Feminino	3,8%	3,6%	3,9%	3,9%	3,5%	3,5%	3,1%	3,2%	3,3%	3,2%	3,0%	3,2%	2,9%	2,8%	2,7%
<b>Região</b>															
Norte	3,9%	3,6%	4,0%	4,0%	3,6%	3,7%	3,5%	3,5%	3,7%	3,7%	3,3%	3,7%	3,4%	3,2%	3,1%
Nordeste	4,3%	4,0%	4,4%	4,3%	4,0%	3,9%	3,6%	3,6%	3,6%	3,5%	3,3%	3,4%	3,1%	3,0%	3,0%
Sudeste	2,8%	2,7%	2,8%	2,8%	2,6%	2,6%	2,2%	2,4%	2,4%	2,4%	2,2%	2,4%	2,2%	2,1%	2,0%
Sul	2,6%	2,5%	2,6%	2,6%	2,4%	2,5%	2,1%	2,3%	2,4%	2,4%	2,3%	2,5%	2,3%	2,2%	2,1%
Centro-Oeste	2,7%	2,5%	2,9%	2,8%	2,6%	2,6%	2,3%	2,4%	2,5%	2,5%	2,3%	2,5%	2,3%	2,2%	2,1%
<b>Região</b>															
Capitais	2,7%	2,6%	2,8%	2,9%	2,7%	2,6%	2,2%	2,4%	2,4%	2,4%	2,2%	2,4%	2,2%	2,1%	2,0%
Fora das capitais	3,4%	3,2%	3,4%	3,3%	3,1%	3,1%	2,7%	2,9%	2,9%	2,9%	2,7%	2,9%	2,6%	2,5%	2,5%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	6,9%	6,7%	7,0%	7,4%	6,9%	6,9%	7,1%	7,4%	7,3%	7,3%	7,0%	7,2%	6,5%	6,4%	6,7%
De R\$1 mil até R\$2 mil	3,2%	3,1%	3,3%	3,3%	3,2%	3,2%	2,5%	2,7%	2,9%	2,9%	2,7%	3,0%	2,8%	2,7%	2,6%
De R\$2 mil até R\$5 mil	1,5%	1,5%	1,4%	1,5%	1,4%	1,4%	1,3%	1,4%	1,5%	1,5%	1,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,3%
De R\$5 mil até R\$10 mil	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
Acima de R\$10 mil	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
<b>Total</b>	3,2%	3,0%	3,2%	3,2%	3,0%	2,9%	2,6%	2,7%	2,8%	2,7%	2,5%	2,8%	2,5%	2,4%	2,3%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 5A – Multimodalidade de crédito por sexo e idade

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	3,8%	3,6%	3,0%	3,0%	2,8%	2,9%	2,5%	2,7%	2,9%	3,1%	2,8%	3,3%	3,4%	3,5%	3,1%
34 a 54 anos	5,8%	5,5%	4,7%	4,8%	4,4%	4,4%	3,9%	4,2%	4,4%	4,3%	4,0%	4,6%	4,9%	4,9%	4,4%
55 a 65 anos	5,6%	5,5%	5,0%	5,2%	4,9%	4,8%	4,5%	4,8%	4,9%	4,7%	4,4%	5,1%	5,2%	5,1%	4,7%
Acima de 65 anos	4,0%	4,0%	3,9%	4,1%	4,1%	4,0%	3,8%	4,2%	4,4%	4,1%	3,9%	4,7%	4,5%	4,4%	4,1%
<b>Sexo</b>															
Masculino	5,4%	5,2%	4,5%	4,6%	4,3%	4,2%	3,8%	4,1%	4,3%	4,3%	3,9%	4,5%	4,7%	4,7%	4,2%
Feminino	4,6%	4,4%	3,9%	4,1%	3,8%	3,8%	3,4%	3,7%	3,9%	3,8%	3,5%	4,2%	4,3%	4,2%	3,9%
<b>Região</b>															
Norte	4,5%	4,4%	3,8%	3,9%	3,7%	3,6%	3,3%	3,5%	3,7%	3,7%	3,4%	4,3%	4,5%	4,5%	4,2%
Nordeste	3,8%	3,6%	3,2%	3,3%	3,1%	3,0%	2,7%	2,9%	3,0%	3,0%	2,8%	3,4%	3,5%	3,5%	3,3%
Sudeste	5,3%	5,1%	4,5%	4,6%	4,4%	4,3%	3,9%	4,3%	4,4%	4,4%	4,0%	4,6%	4,7%	4,6%	4,2%
Sul	5,6%	5,5%	4,6%	4,8%	4,5%	4,4%	4,0%	4,5%	4,8%	4,6%	4,2%	5,0%	5,1%	5,1%	4,5%
Centro-Oeste	5,4%	5,2%	4,5%	4,6%	4,2%	4,1%	3,7%	4,0%	4,2%	4,1%	3,8%	4,5%	4,7%	4,7%	4,4%
<b>Município</b>															
Capitais	5,6%	5,4%	4,6%	4,8%	4,5%	4,4%	3,9%	4,3%	4,5%	4,4%	4,0%	4,7%	4,9%	4,8%	4,4%
Fora das capitais	4,7%	4,6%	4,0%	4,1%	3,8%	3,8%	3,5%	3,8%	4,0%	3,9%	3,6%	4,2%	4,3%	4,3%	3,9%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
De R\$1 mil até R\$2 mil	3,5%	3,3%	2,9%	2,8%	2,6%	2,6%	1,9%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%	2,5%	2,5%	2,5%	2,3%
De R\$2 mil até R\$5 mil	7,5%	7,1%	6,1%	6,1%	5,6%	5,5%	4,7%	5,2%	5,4%	5,3%	4,8%	5,6%	5,7%	5,6%	5,0%
De R\$5 mil até R\$10 mil	9,7%	9,3%	8,1%	8,4%	7,7%	7,5%	7,0%	7,4%	7,7%	7,5%	6,8%	8,1%	8,3%	8,1%	7,3%
Acima de R\$10 mil	9,4%	9,2%	8,3%	8,4%	7,9%	7,7%	7,4%	7,8%	7,7%	7,5%	6,9%	8,0%	8,1%	7,9%	7,3%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 6A – Recorrência do endividamento de risco

	em média de meses de 2019			
	Multimodalidades	Inadimplência	Compr. de renda acima de 50%	Renda disp. abaixo limite da pobreza
<b>Idade</b>				
Até 34 anos	4,81	5,22	3,70	2,28
34 a 54 anos	5,36	5,61	4,74	2,46
55 a 65 anos	6,08	5,70	6,56	2,87
Acima de 65 anos	6,31	5,77	7,13	3,41
<b>Sexo</b>				
Masculino	5,38	5,52	5,07	2,51
Feminino	5,59	5,48	5,49	2,78
<b>Região</b>				
Norte	5,42	5,31	5,38	2,92
Nordeste	5,69	5,48	5,69	3,04
Sudeste	5,47	5,57	5,13	2,47
Sul	5,38	5,48	5,25	2,55
Centro-Oeste	5,39	5,34	5,07	2,60
<b>Faixa de renda</b>				
Até R\$1 mil	5,11	5,07	5,89	3,93
De R\$1 mil até R\$2 mil	4,94	5,46	4,89	2,72
De R\$2 mil até R\$5 mil	5,45	5,61	5,32	2,22
De R\$5 mil até R\$10 mil	5,72	5,61	5,62	1,76
Acima de R\$10 mil	5,74	5,59	4,99	1,47
<b>Média (meses)</b>	<b>5,48</b>	<b>5,50</b>	<b>5,29</b>	<b>2,67</b>
<b>Total (milhões em 2019)</b>	<b>7,82</b>	<b>21,16</b>	<b>23,44</b>	<b>9,37</b>
<b>Total (acima de 6 meses)</b>	<b>2,42</b>	<b>6,49</b>	<b>7,24</b>	<b>0,64</b>

Tabela 7A – Tomadores endividados de risco por idade, sexo, região e nível de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	5,5%	5,1%	5,0%	4,9%	4,4%	4,4%	3,7%	3,9%	4,0%	4,1%	3,7%	4,2%	4,0%	4,1%	3,8%
34 a 54 anos	7,1%	6,8%	6,6%	6,3%	5,7%	5,7%	4,9%	5,0%	5,2%	5,1%	4,9%	5,3%	5,3%	5,3%	4,9%
55 a 65 anos	8,2%	8,3%	8,4%	8,3%	7,9%	7,9%	7,2%	7,4%	7,7%	7,5%	7,5%	7,9%	7,5%	7,5%	7,2%
Acima de 65 anos	7,6%	7,8%	8,2%	8,3%	8,0%	8,1%	7,6%	8,1%	8,4%	8,3%	8,3%	8,9%	8,1%	8,1%	7,9%
<b>Sexo</b>															
Masculino	6,6%	6,4%	6,2%	6,1%	5,7%	5,6%	5,0%	5,3%	5,5%	5,4%	5,2%	5,7%	5,5%	5,5%	5,2%
Feminino	7,2%	7,1%	7,1%	7,0%	6,5%	6,5%	5,7%	5,9%	6,1%	6,0%	5,7%	6,3%	5,9%	5,9%	5,6%
<b>Região</b>															
Norte	7,4%	7,1%	7,3%	7,1%	6,6%	6,7%	6,1%	6,2%	6,4%	6,4%	6,0%	6,7%	6,5%	6,4%	6,1%
Nordeste	7,0%	6,7%	6,9%	6,8%	6,3%	6,2%	5,5%	5,5%	5,7%	5,6%	5,3%	5,8%	5,5%	5,5%	5,4%
Sudeste	7,0%	6,8%	6,6%	6,6%	6,1%	6,1%	5,3%	5,6%	5,8%	5,7%	5,5%	6,0%	5,7%	5,7%	5,3%
Sul	6,6%	6,5%	6,3%	6,3%	5,7%	5,8%	5,1%	5,6%	5,8%	5,9%	5,6%	6,2%	5,9%	6,0%	5,6%
Centro-Oeste	6,8%	6,5%	6,5%	6,4%	5,9%	5,7%	5,1%	5,3%	5,5%	5,5%	5,2%	5,8%	5,6%	5,6%	5,3%
<b>Região</b>															
Capitais	7,2%	6,9%	6,8%	6,8%	6,3%	6,2%	5,4%	5,7%	5,9%	5,8%	5,4%	6,0%	5,8%	5,8%	5,4%
Fora das capitais	6,8%	6,6%	6,6%	6,5%	6,0%	6,0%	5,3%	5,6%	5,8%	5,7%	5,4%	6,0%	5,7%	5,7%	5,4%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	6,2%	6,1%	6,5%	6,6%	6,1%	6,2%	6,0%	6,4%	6,3%	6,4%	6,0%	6,3%	5,6%	5,6%	5,7%
De R\$1 mil até R\$2 mil	6,3%	6,1%	6,3%	6,1%	5,7%	5,7%	4,3%	4,6%	4,9%	4,9%	4,6%	5,1%	4,8%	4,9%	4,6%
De R\$2 mil até R\$5 mil	7,7%	7,4%	7,0%	6,8%	6,2%	6,2%	5,4%	5,7%	6,0%	5,8%	5,6%	6,2%	6,1%	6,1%	5,6%
De R\$5 mil até R\$10 mil	8,2%	8,0%	7,5%	7,6%	6,9%	6,7%	6,5%	6,6%	6,9%	6,7%	6,3%	7,1%	7,0%	6,9%	6,4%
Acima de R\$10 mil	6,2%	6,1%	5,7%	5,8%	5,3%	5,1%	5,1%	5,2%	5,1%	5,0%	4,7%	5,2%	5,0%	4,9%	4,6%
<b>Total</b>	6,9%	6,7%	6,7%	6,6%	6,1%	6,1%	5,3%	5,6%	5,8%	5,7%	5,4%	6,0%	5,7%	5,7%	5,4%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 8A – Tomadores com apenas dois indicadores de risco por idade, sexo, região e nível de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	4,8%	4,5%	4,4%	4,3%	3,9%	3,9%	3,3%	3,5%	3,6%	3,7%	3,3%	3,7%	3,6%	3,6%	3,4%
34 a 54 anos	6,1%	5,8%	5,7%	5,5%	5,0%	5,0%	4,3%	4,4%	4,6%	4,5%	4,2%	4,6%	4,6%	4,5%	4,2%
55 a 65 anos	7,0%	7,1%	7,2%	7,1%	6,8%	6,8%	6,2%	6,4%	6,6%	6,4%	6,4%	6,7%	6,4%	6,4%	6,1%
Acima de 65 anos	6,6%	6,8%	7,1%	7,2%	7,0%	7,1%	6,6%	7,0%	7,3%	7,2%	7,1%	7,7%	7,0%	7,0%	6,8%
<b>Sexo</b>															
Masculino	5,7%	5,5%	5,4%	5,3%	4,9%	4,9%	4,4%	4,6%	4,8%	4,7%	4,5%	5,0%	4,8%	4,8%	4,5%
Feminino	6,2%	6,1%	6,2%	6,1%	5,7%	5,7%	4,9%	5,2%	5,3%	5,3%	5,0%	5,4%	5,1%	5,1%	4,8%
<b>Região</b>															
Norte	6,5%	6,2%	6,4%	6,3%	5,8%	5,9%	5,4%	5,5%	5,7%	5,7%	5,3%	5,9%	5,7%	5,6%	5,3%
Nordeste	6,1%	5,9%	6,1%	6,0%	5,6%	5,5%	4,9%	5,0%	5,0%	5,0%	4,7%	5,1%	4,9%	4,9%	4,7%
Sudeste	6,0%	5,8%	5,7%	5,7%	5,3%	5,2%	4,6%	4,9%	5,0%	4,9%	4,7%	5,1%	4,9%	4,9%	4,5%
Sul	5,6%	5,6%	5,4%	5,4%	4,9%	5,1%	4,4%	4,8%	5,0%	5,1%	4,8%	5,4%	5,1%	5,1%	4,8%
Centro-Oeste	5,9%	5,6%	5,6%	5,6%	5,1%	5,0%	4,5%	4,7%	4,9%	4,8%	4,6%	5,1%	4,9%	4,9%	4,7%
<b>Região</b>															
Capitais	6,1%	5,9%	5,9%	5,9%	5,4%	5,4%	4,7%	4,9%	5,1%	5,0%	4,7%	5,2%	5,0%	5,0%	4,7%
Fora das capitais	5,9%	5,8%	5,7%	5,7%	5,2%	5,3%	4,7%	4,9%	5,0%	5,0%	4,7%	5,2%	4,9%	4,9%	4,7%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	5,7%	5,6%	5,9%	6,1%	5,6%	5,7%	5,5%	5,9%	5,8%	5,9%	5,6%	5,8%	5,1%	5,1%	5,2%
De R\$1 mil até R\$2 mil	5,5%	5,3%	5,4%	5,3%	5,0%	5,0%	3,9%	4,1%	4,3%	4,3%	4,1%	4,5%	4,2%	4,3%	4,1%
De R\$2 mil até R\$5 mil	6,5%	6,3%	5,9%	5,8%	5,3%	5,3%	4,6%	4,9%	5,1%	5,0%	4,8%	5,3%	5,2%	5,2%	4,8%
De R\$5 mil até R\$10 mil	7,0%	6,8%	6,3%	6,5%	5,8%	5,7%	5,5%	5,7%	5,9%	5,7%	5,3%	6,1%	6,0%	5,9%	5,5%
Acima de R\$10 mil	5,5%	5,3%	5,0%	5,1%	4,6%	4,5%	4,5%	4,6%	4,5%	4,4%	4,1%	4,6%	4,5%	4,3%	4,1%
<b>Total</b>	6,0%	5,8%	5,8%	5,7%	5,3%	5,3%	4,7%	4,9%	5,1%	5,0%	4,7%	5,2%	5,0%	5,0%	4,7%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 9A – Tomadores com apenas três indicadores de risco por idade, sexo, região e nível de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%
34 a 54 anos	1,0%	0,9%	0,9%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%
55 a 65 anos	1,1%	1,2%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%	1,0%	1,1%	1,0%	1,0%	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%
Acima de 65 anos	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,0%
<b>Sexo</b>															
Masculino	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Feminino	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
<b>Região</b>															
Norte	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,7%
Nordeste	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
Sudeste	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
Sul	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
Centro-Oeste	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%
<b>Região</b>															
Capitais	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
Fora das capitais	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
De R\$1 mil até R\$2 mil	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
De R\$2 mil até R\$5 mil	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%
De R\$5 mil até R\$10 mil	1,2%	1,2%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%
Acima de R\$10 mil	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
<b>Total</b>	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Tabela 10A – Tomadores com comprometimento da renda acima de 50% e com renda abaixo da linha da pobreza por idade, sexo, região e nível de renda

	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18	jun/18	set/18	dez/18	mar/19	jun/19	set/19	dez/19
em %															
<b>Idade</b>															
Até 34 anos	2,1%	2,0%	2,2%	2,2%	2,0%	2,0%	1,6%	1,8%	1,8%	1,8%	1,5%	1,7%	1,5%	1,4%	1,3%
34 a 54 anos	1,9%	1,8%	1,9%	1,9%	1,7%	1,7%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,4%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%
55 a 65 anos	2,4%	2,3%	2,5%	2,5%	2,3%	2,3%	2,1%	2,2%	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%	2,1%	2,0%	2,0%
Acima de 65 anos	3,1%	3,1%	3,3%	3,2%	3,0%	3,1%	2,9%	3,1%	3,2%	3,2%	3,2%	3,4%	3,0%	3,0%	3,0%
<b>Sexo</b>															
Masculino	1,8%	1,7%	1,8%	1,8%	1,7%	1,7%	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%	1,5%	1,7%	1,5%	1,5%	1,4%
Feminino	2,6%	2,5%	2,7%	2,7%	2,5%	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%	2,2%	2,1%	2,2%	2,0%	1,9%	1,8%
<b>Região</b>															
Norte	2,7%	2,5%	2,8%	2,8%	2,5%	2,6%	2,5%	2,5%	2,6%	2,7%	2,3%	2,6%	2,4%	2,2%	2,2%
Nordeste	2,9%	2,7%	3,0%	3,0%	2,8%	2,8%	2,4%	2,5%	2,5%	2,4%	2,3%	2,4%	2,2%	2,1%	2,1%
Sudeste	2,0%	1,9%	2,0%	2,0%	1,9%	1,8%	1,5%	1,7%	1,7%	1,7%	1,6%	1,7%	1,5%	1,5%	1,4%
Sul	1,9%	1,8%	1,9%	1,9%	1,8%	1,9%	1,6%	1,7%	1,8%	1,8%	1,7%	1,9%	1,6%	1,6%	1,5%
Centro-Oeste	1,9%	1,8%	2,0%	2,0%	1,9%	1,9%	1,6%	1,8%	1,8%	1,8%	1,7%	1,9%	1,7%	1,6%	1,5%
<b>Região</b>															
Capitais	1,9%	1,8%	2,0%	2,0%	1,9%	1,9%	1,5%	1,7%	1,7%	1,7%	1,5%	1,7%	1,5%	1,4%	1,3%
Fora das capitais	2,4%	2,3%	2,4%	2,4%	2,2%	2,2%	1,9%	2,1%	2,1%	2,1%	1,9%	2,1%	1,9%	1,8%	1,7%
<b>Faixa de renda</b>															
Até R\$1 mil	5,0%	4,8%	5,1%	5,3%	4,9%	4,9%	4,8%	5,1%	5,0%	5,1%	4,8%	5,0%	4,4%	4,3%	4,5%
De R\$1 mil até R\$2 mil	3,2%	3,1%	3,3%	3,3%	3,2%	3,2%	2,5%	2,7%	2,9%	2,9%	2,7%	3,0%	2,8%	2,7%	2,6%
De R\$2 mil até R\$5 mil	1,5%	1,5%	1,4%	1,5%	1,4%	1,4%	1,3%	1,4%	1,5%	1,5%	1,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,3%
De R\$5 mil até R\$10 mil	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%
Acima de R\$10 mil	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
<b>Total</b>	2,2%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%	2,1%	1,8%	1,9%	2,0%	1,9%	1,8%	2,0%	1,8%	1,7%	1,6%

% em relação ao total da população com crédito ativo no SFN em cada categoria

Gráfico 1A – Recorrência da renda abaixo da linha de pobreza, por unidade da Federação

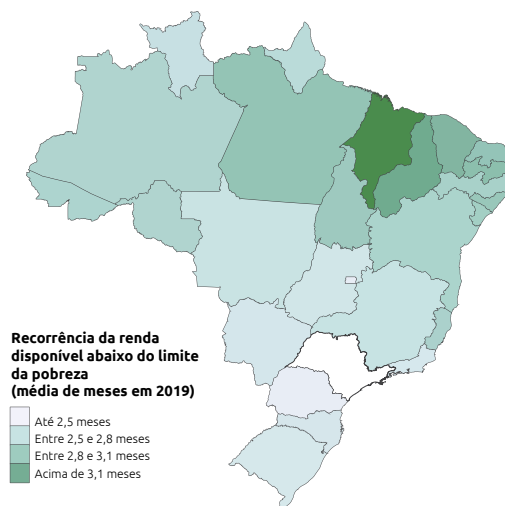


Gráfico 2A – Recorrência do comprometimento de renda acima de 50%, por unidade da Federação

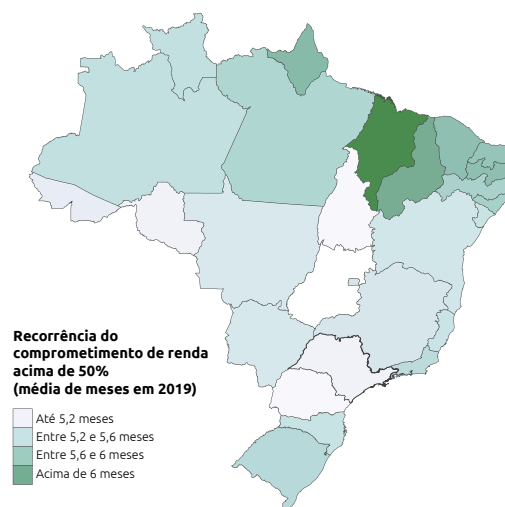


Gráfico 3A – Recorrência de Multimodalidade, por unidade da Federação

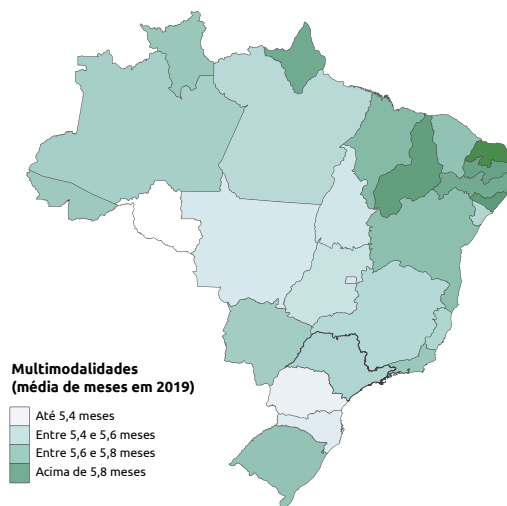


Gráfico 4A – Recorrência da inadimplência, por unidade da Federação

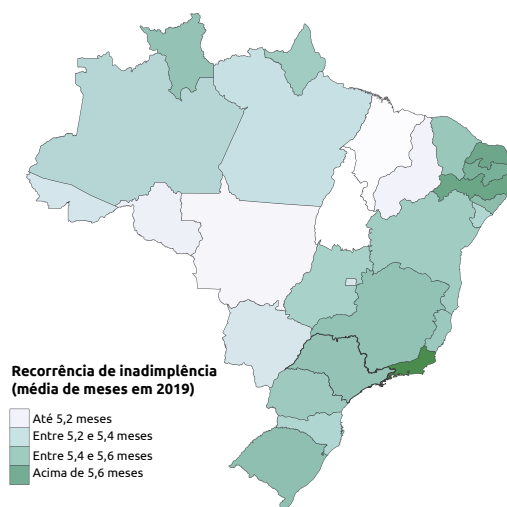


Gráfico 5A – Tomadores com renda abaixo da linha de pobreza e com comprometimento de renda acima de 50%, por unidade da Federação

